



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PERCEPÇÃO INDÍGENA

2ª EDIÇÃO

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN

Organização e edição

Artema Lima
Andreia Fanzeres
Livia Alcântara

Revisão

Andreia Fanzeres
Artema Lima
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenação executiva da OPAN

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Vinicius Benites Alves

Equipe OPAN – Bacia do Juruena / Projeto Berço das Águas

Artema Lima / Coordenadora do Programa Mato Grosso
Tarcísio dos Santos / Coordenador do Projeto Berço das Águas
Edemar Treuherz / Indigenista
Liliane Xavier / Indigenista
Livia Alcântara / Comunicadora

Foto da capa

Adriano Gambarini/OPAN

Projeto Gráfico e diagramação

Marina Lutfi / cacumbu

ISBN: 978-85-67133-12-6



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A PERCEPÇÃO INDÍGENA

Organização:

ARTEMA LIMA
ANDREIA FANZERES
LÍVIA ALCÂNTARA



OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97 Bairro Goiabeiras, Cuiabá - MT Brasil CEP: 78032-035
Telefone: 55 (65) 3322-2980 / FAX: 55 (65) 3322-4161
www.amazonianativa.org.br

2ª EDIÇÃO

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA – OPAN
Mato Grosso, Brasil. 2018

9
APRESENTAÇÃO

13
VAMOS OUVIR OS ÍNDIOS
TARCÍSIO DA SILVA SANTOS JÚNIOR
E LUCIANA REBELLATO

20
UM OUTRO NOME PARA AS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
AILTON KRENAK

24
MUDANÇAS CLIMÁTICAS, POVOS INDÍGENAS,
EDUCAÇÕES E ECOLOGIA PROFUNDA
SEVERIÁ IDIORIÊ

30
MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA POVO
MUNDURUKU DE JUARA
MARCELO MANHUARI MUNDURUKU

36
PRECISAMOS PRESERVAR PARA
CONTINUAR EXISTINDO
TIPUICI MANOKI

40
RÓ NA WAHÖIMANAZÁ
VIVER NO CERRADO
CAIMI WAIASSÉ XAVANTE

46
AS MUDANÇAS NO CLIMA
PARA O POVO MANOKI
MANOEL KANUNXI

52
O POVO MEHINAKO E AS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
MAYAWARI MEHINAKO

58
MUDANÇA CLIMÁTICA PARA
O POVO KAYABI-KAWAIWETÉ
PIKURUK CAVALCANTE KAYABI

62
OS WAURÁ DO XINGU E
AS MUDANÇAS NO CLIMA
PIRATÁ WAURÁ

66
RIO JURUENA: CAMINHO DOS
POVOS DA FLORESTA
PAULO HENRIQUE MARTINHO SKIRIPI

70
O POVO RIKBAK TSA E
AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
JUAREZ PAIMY





Foto: Adriano Gambarini/OPAN

APRESENTAÇÃO

A OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA (OPAN), com quase cinco décadas de atuação no campo do indigenismo, contribuiu de forma relevante para a promoção e garantia dos direitos indígenas no Brasil. Em meio às mudanças locais e globais, suas ações e estratégias estão pautadas no apoio à demarcação e proteção de territórios tradicionais desde a década de 60, e mais recentemente, facilitando a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) nos estados de Mato Grosso e do Amazonas.

Consideradas áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade, os territórios indígenas tornaram-se ilhas de resiliência expostas aos efeitos negativos dos modelos de ocupação do entorno, baseados na geração de energia a partir de numerosos empreendimentos hidrelétricos e no agronegócio. Ainda assim, resistem culturas que conservam a biodiversidade como estratégia não apenas de sobrevivência, mas de garantia de um futuro com qualidade de vida, numa lógica bem diferente da mercantilização da natureza.

Nossas ações também estão no âmbito das agendas políticas, com representantes da sociedade civil em comitês, fóruns e conselhos, e no monitoramento do desenvolvimento de obras de infraestrutura governamentais e seus efeitos sobre as áreas protegidas, assim como nas discussões sobre mudanças climáticas em níveis regionais, que provocaram, por exemplo, a atualização do calendário sazonal do povo Manoki. O monitoramento dos territórios, com atividades de expedições terrestres e fluviais, ajuda a produzir dados *in loco* das mudanças de paisagem, recursos e clima que estão afetando os territórios indígenas.

Entendemos, assim, que a partir da nossa estratégia institucional de atuar pela defesa e gestão dos territórios indígenas, esses espaços articulam dimensões humanas e não humanas, contribuindo para a conservação da dinâmica dos ecossistemas e para a proteção dos locais sagrados correlacionados. Cada povo determina seu modelo de gestão, faz suas análises e interpretações acerca das mudanças observadas no mundo.

Por esta razão, o livro “Mudanças climáticas e a perspectiva indígena” foi elaborado. Nesta segunda edição, mais dois textos de autoria indígena e uma reflexão sobre instrumentos de monitoramento climático foram incorporados. Ele cumpre seu papel de registrar as diferentes visões dos indígenas sobre seus territórios, seu modo de vida e o clima. Sem a pretensão de mapear as alterações climáticas pelo vasto universo indígena, esta publicação reúne percepções do que vem mudando no cotidiano dos povos e de como enfrentar esses desafios a partir de uma ótica holística que se encaixa perfeitamente dentro dos principais pleitos indígenas apresentados em fóruns internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos textos aqui publicados, os indígenas não discorrem sobre os compromissos dos estados nacionais mais ou menos ousados com relação às metas de emissões, não opinam quanto à subida de dois, três ou quatro graus na temperatura média do planeta, não falam de créditos de carbono, mecanismos de desenvolvimento limpo e nenhum dos jargões climáticos usados nas mesas de negociação internacionais, e que invadem o noticiário sem conseguir expressar qualquer concretude. Eles, por sua vez, demonstram quão rapidamente suas vidas têm mudado por influência dos não indígenas, como animais, plantas e rios têm respondido a todas as pressões, e que não será apenas uma canetada que impedirá maiores impactos.

Para que grandes alterações ocorram – grandes como o desafio de reverter a guinada climática mundial – os indígenas enxergam mais longe. E o modelo de desenvolvimento escolhido pelos países é o que precisa mudar. As soluções devem ser reais e não paliativas. Qualquer decisão tem que ser precedida do respeito aos direitos humanos, territoriais e à participação. O conhecimento tradicional deve ser reconhecido, assim como seu papel na construção de soluções para mitigação e adaptação, com acesso aos mecanismos financeiros e de formação. Dialogar com os indígenas tem a ver com observar outras referências, outros valores. Qualquer proposta que não contemple tais elementos terá sido apenas mera diplomacia.

Boa leitura!

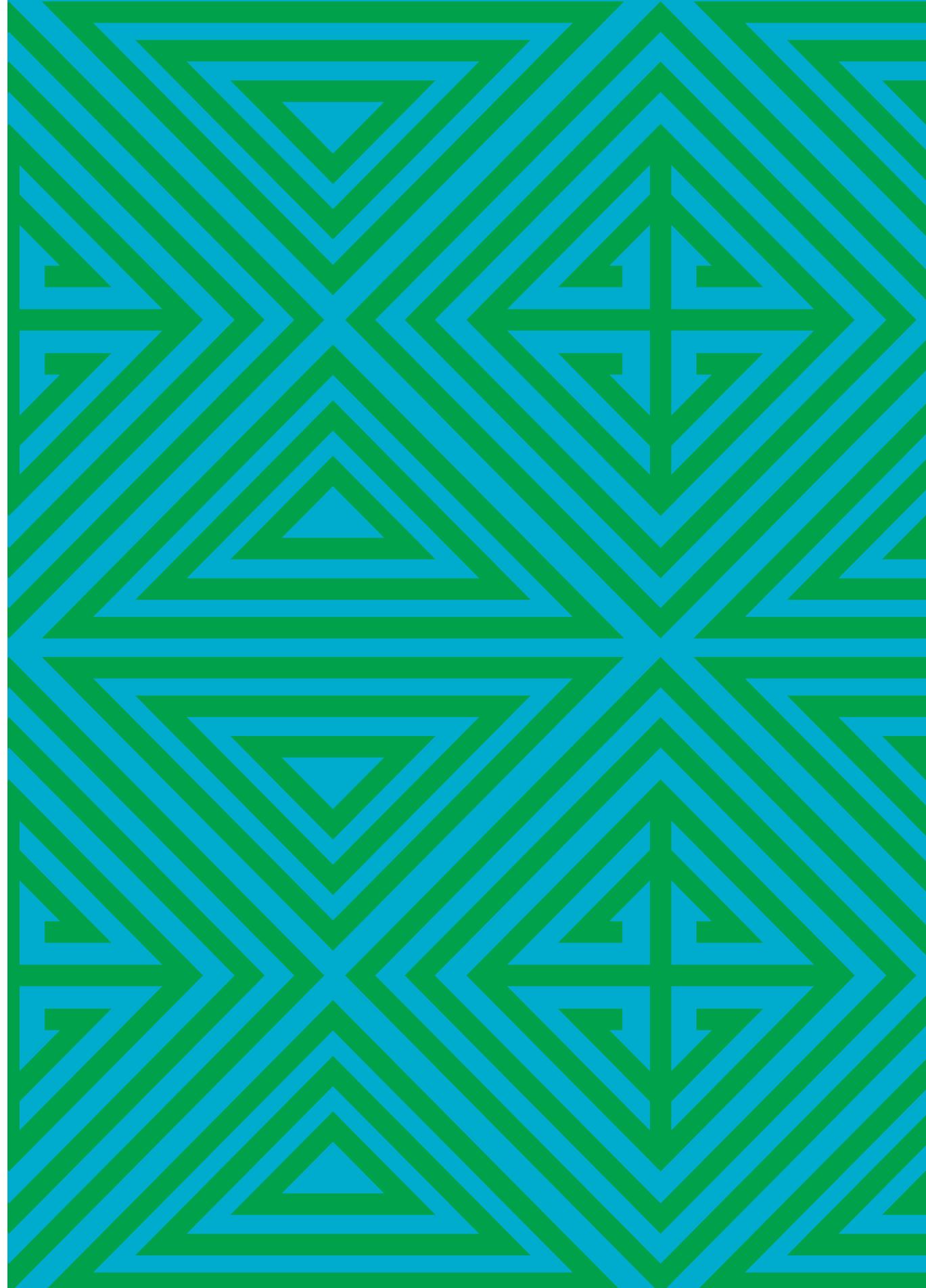




Foto: Adriano Gambarini/OPAN

VAMOS OUVIR OS ÍNDIOS

TARCÍSIO DA SILVA SANTOS JÚNIOR
E LUCIANA REBELLATO

SABIAMENTE ELABORADOS pelos indígenas, os textos deste livro nos permitem perceber como povos e territórios estão sendo afetados pelas mudanças climáticas. Esse tema, na atualidade, perpassa os distintos grupos humanos, seus espaços geográficos e contextos geopolíticos. A seriedade desta pauta para os indígenas pode ser melhor compreendida ao notar em suas falas que as consequências das mudanças estão sendo sentidas no dia-a-dia das comunidades e nas terras que resguardam um rico patrimônio natural. A maioria dos autores, mesmo vivendo em distintas regiões do estado de Mato Grosso, apontam problemas similares no que tange às mudanças climáticas. Eles estão pagando uma conta que não é deles, mas dos que adotam uma lógica de uso do ambiente diferente daquela realizada pelos indígenas.

Compreender e dar atenção às percepções indígenas sobre mudanças climáticas é um desafio para aqueles que cresceram sob a influência do pensamento hegemônico de que a tecnologia ocidental é algo inquestionável e que tudo pode solucionar. Sem querer desmerecê-la, é preciso abrir a mente para pensar que há outras formas de pensar e agir, como também de perceber mudanças no meio ambiente.

A percepção dos autores sobre as mudanças climáticas está pautada na vivência e observação da natureza para, a partir delas dar continuidade aos seus modos de vida e realizar a reprodução física e cultural. Isto se viabiliza, na prática, pelo conhecimento que os indígenas adquiriram sobre o tempo e as relações entre as coisas (fauna, flora, chuva, frio, calor) para saber onde e quando elas estarão disponíveis para uso alimentar, medicinal, cultural, arquitetônico e de confecção de artefatos domésticos, de caça e de pesca. Por outro lado, a percepção dos não-índios sobre as alterações no clima estão pautadas, de forma muito resumida, na elaboração de modelos matemáticos e computacionais de previsão climática que fazem uso de valores históricos de precipitação, temperatura, pressão atmosférica e cobertura de nuvens.

Os diversos componentes presentes no meio ambiente não estão, de fato, em pacotinhos, mas intimamente interligados. Por exemplo, os atuais padrões de distribuição, densidade, floração e de frutificação de muitas espécies de plantas evoluíram interagindo, entre outros, com animais, chuvas, ventos e temperaturas, por sua vez importantes na determinação das estações do ano. Como mencionado antes, é nesta realidade que as estratégias e tecnologias de manejos dos recursos naturais pelos indígenas estão pautadas. Há um longo histórico de observação da natureza que se dá pela ancestralidade de uso e ocupação de seus territórios tradicionais. O fato é que os povos das florestas têm um olhar refinado sobre o ambiente e conseguem indicar mudanças sutis quando elas ocorrem.

Atualmente há uma diversidade de plataformas digitais que permitem acompanhar a dinâmica das ações antrópicas e suas correlações com as mudanças climáticas¹. Como forma de ilustrar as percepções indígenas sobre as alterações no clima, foi realizada uma pesquisa² no site The Carbon Source especificamente para as terras indígenas localizadas na sub-bacia do rio Juruena³, que, junto com o rio Teles Pires, são os principais formadores do rio Tapajós.

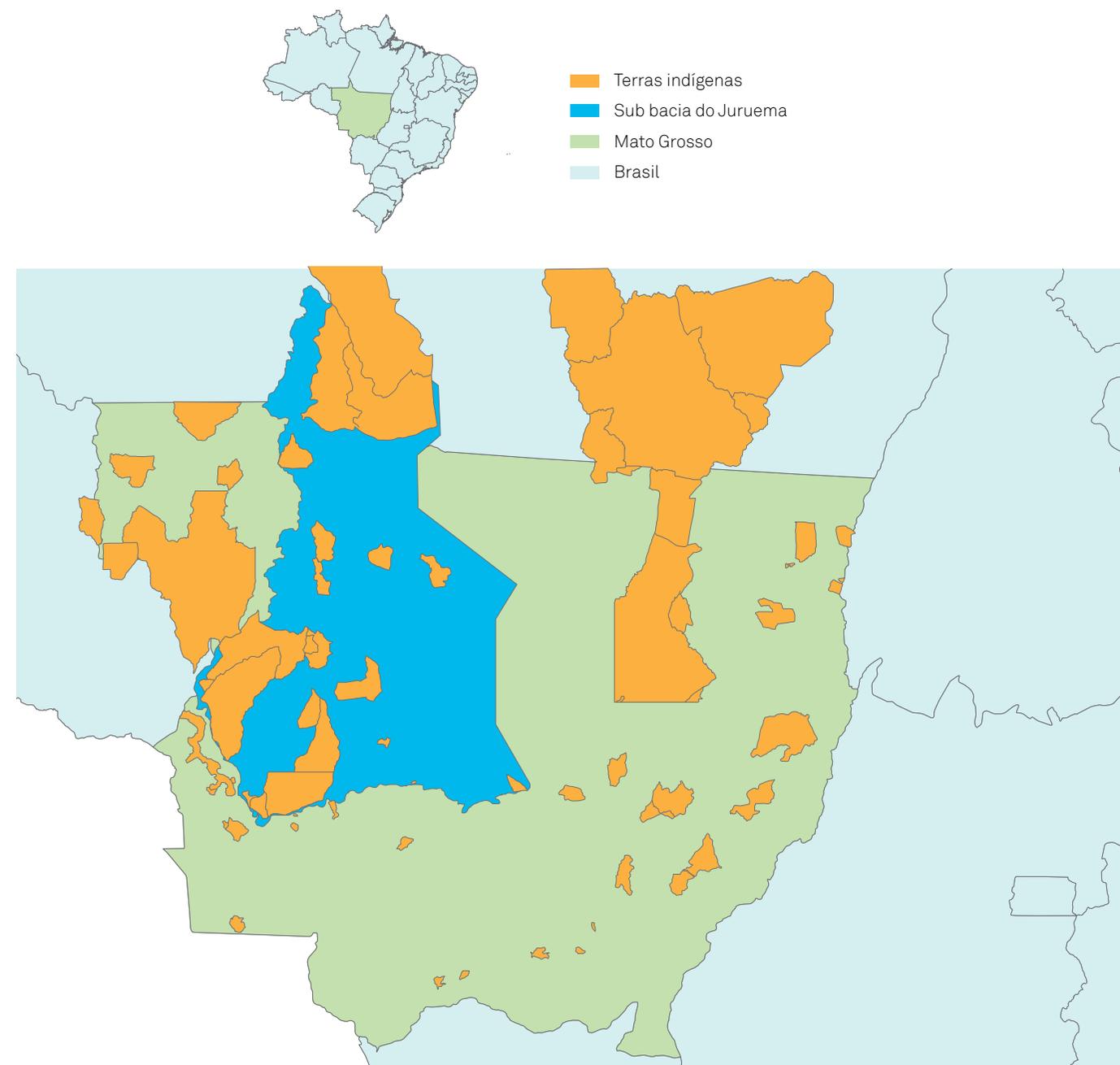
1. Sugestões para consulta:

<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodes.php> e
<https://www.globalforestwatch.org/map>

2. A pesquisa no www.thecarbonsource.org/climate_explorer/ foi feita consultando-se valores de temperatura e precipitação para as Terras Indígenas cuja extensão territorial estão totalmente incluídas nos limites geográficos das sub-bacia do rio Juruena. Os valores apresentados correspondem ao que o site disponibiliza no cenário de alta emissão de carbono.

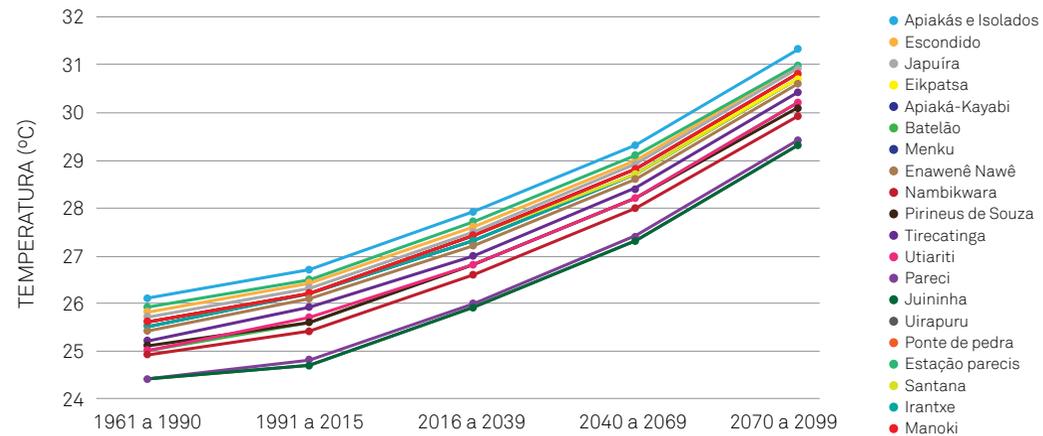
3. A sub-bacia do Juruena tem a maior parte de sua extensão (190.770 Km²) localizada no MT e 26% dela corresponde a 22 TIs, onde vivem cerca de 5.000 indígenas de 10 grupos étnicos.

Terras Indígenas de Mato Grosso, com destaque para aquelas localizadas na sub-bacia do Juruena.



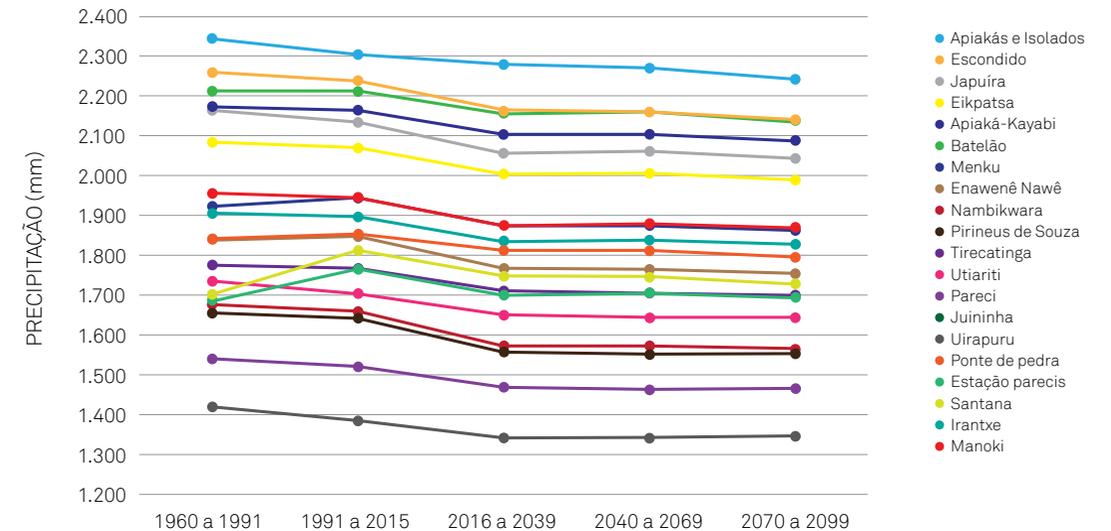
Os gráficos gerados quanto à previsão de temperatura e precipitação corroboram as percepções dos indígenas. As temperaturas se mostram mais altas, da ordem de 1 a 2° C, para todas as terras indígenas quando se consideram os valores medidos entre 1961-1990 e 1991-2015. Mostram também um aumento cumulativo de 2 a 3° C nas projeções feitas para cada um dos novos intervalos (2016-2039, 2040-2069, 2070-2099).

Temperatura real e projetada para as Terras Indígenas da sub-bacia do Juruena, Mato Grosso (1961 a 2099)



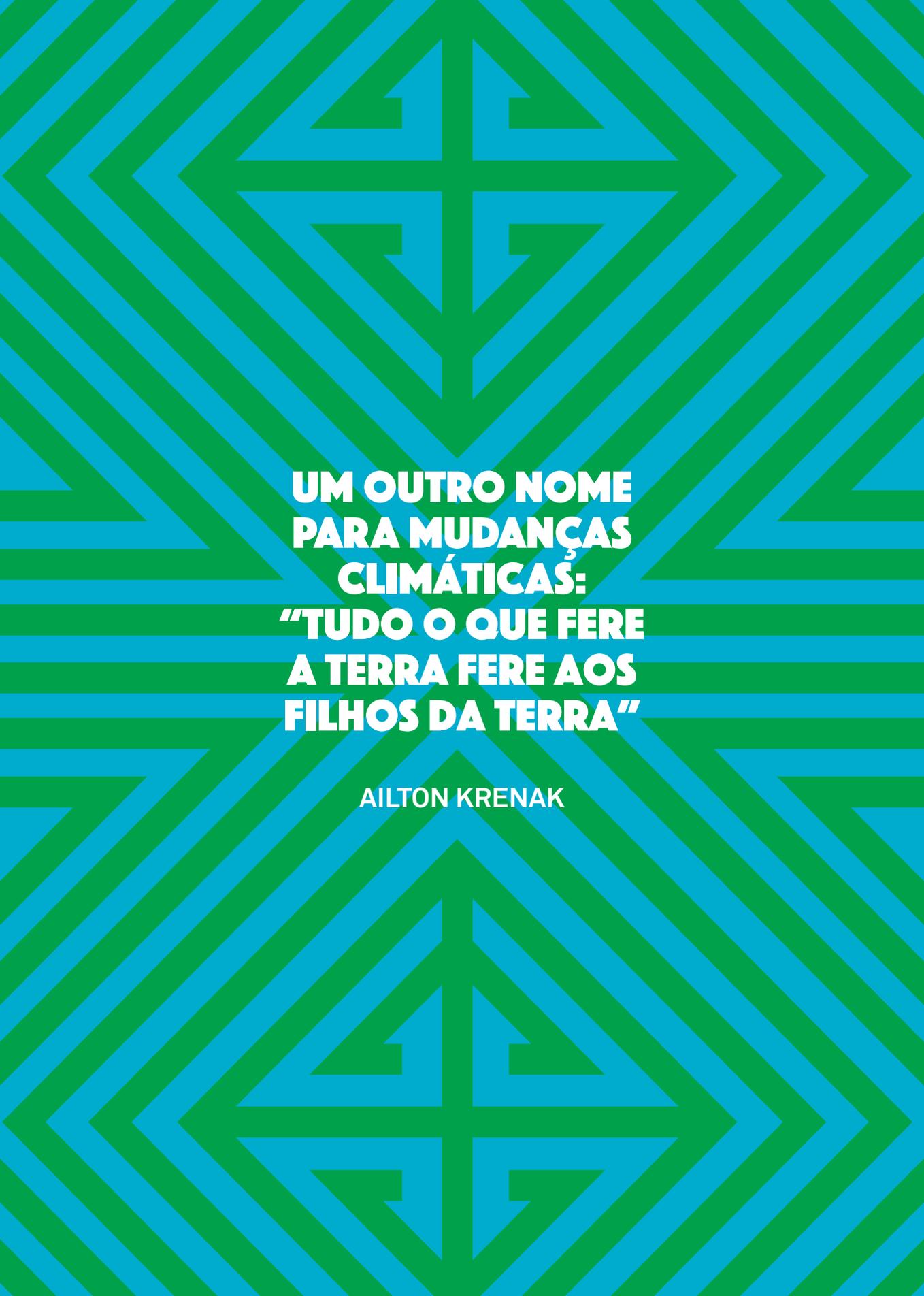
As chuvas, na grande maioria dos territórios, apresentam uma diminuição real, da ordem de até 100 milímetros, nos valores medidos entre 1961-1990 e 1991-2015. Esta mesma redução se revela cumulativa para o restante dos intervalos. Esses dados são uma pequena mostra do que já se tem registrado sobre o assunto, ilustrando-se somente os quantitativos de chuva e temperatura. Não se mencionou como eles estão distribuídos, ou seja, como as estações do ano (inverno, verão, outono e primavera) estão sendo alteradas.

Precipitação real e projetada para as Terras Indígenas da sub-bacia do Juruena, Mato Grosso (1961 a 2099)



Se há uma perspectiva de manter o atual modelo econômico de uso dos recursos naturais pelos não-índios, e o entendimento é de que ele causa mudanças climáticas, ficam algumas perguntas para reflexão. Será que o agronegócio ou o poder público vai compensar os indígenas pelos impactos do clima no seu modo de vida? Será que com a diminuição da produtividade agrícola por falta de chuvas haverá pressão sobre as áreas protegidas como forma de expandir áreas de plantio para compensar essas perdas de produtividade? Os governos estão preparados para lidar com os possíveis conflitos sociais e fundiários que provavelmente irão advir pelo avanço dos projetos agrícolas, minerários e de infraestrutura sobre as terras indígenas? É urgente dar atenção às percepções dos povos tradicionais sobre as mudanças climáticas, sobre suas tecnologias e estratégias de sobrevivência para que seja possível lidarmos com os impactos negativos das modificações que estamos impondo à natureza.





**UM OUTRO NOME
PARA MUDANÇAS
CLIMÁTICAS:
“TUDO O QUE FERRE
A TERRA FERRE AOS
FILHOS DA TERRA”**

AILTON KRENAK

TODOS SOMOS ALERTADOS por mil alto-falantes a cada dia sobre as mudanças no clima, que vêm alterando o ciclo das chuvas nas mais diversas regiões onde vivemos. Enchentes e secas prolongadas afetam a produção de alimentos, causando mortandade de peixes. Inundações sucedem as secas e esgotamento das nascentes. Desde a década de 1980, governos promovem conferências e criam sistemas de medição e monitoramento destas mudanças que ganharam o nome de Mudanças Climáticas.

E então vejo que o homem branco, que até aqui tem devastado as florestas revirando a terra em busca de ouro e outros minérios, envenenando os rios e cursos d'água, também sofre a consequência de suas escolhas. Mas nem estas graves perdas que afetam as vidas de milhões de pessoas no mundo todo foram ainda suficientes para mudar o rumo deste desastre. De certo seguem imaginando que podem dominar a Terra e outros seres vivos que nela habitam.

Não entenderam os alertas que nossos antigos sempre deram, sobre pisar com cuidado na Terra, este imenso jardim da criação, onde tudo está interligado, desde a mais elevada montanha ao menor organismo que medra nos líquens e caules das pequenas ervas do campo. Muito antes dos complexos sistemas de medição e monitoramento dos brancos darem o sinal de perigo, nossos avós já mostravam como nossas caças iam se afastando das aldeias, e muitas de nossas plantas medicinais desapareciam de seus habitats, como ocorreu na nossa região do Médio Rio Doce, onde vive o povo Krenak.

Mas isto não importava para os colonos, afinal quem fazia uso daquelas plantas ou animais eram somente os índios. Os colonos buscavam nas farmácias o seu remédio e no armazém o seu alimento. Com isto, as plantas que eram a base de nossas medicinais foram desaparecendo. Suas cidades substituíram as nossas matas e florestas, seus pastos e rebanhos ocuparam o lugar dos animais silvestres. Agora, para as últimas regiões onde ainda temos florestas, os negócios sustentáveis dos brancos chegam na forma de 'preservação da biodiversidade', como uma modalidade de serviços ambientais que promete melhorar o clima do planeta.

Não entenderam que a Terra é nossa mãe e tem o suficiente para suprir todas as nossas necessidades, assim como tem capacidade de regeneração própria, e que pode dispensar a nossa presença no seu seio, despejando esta humanidade que insiste em moldar as paisagens onde vivem, sem honrar a maravilha da criação que nos deu tudo que precisamos para viver até aqui.

Quero lembrar aqui as palavras de nosso irmão Davi Kopenawa Yanomami, no livro “A queda do Céu”:

“No primeiro tempo, nossos ancestrais ainda eram pouco numerosos. *Oma-ma* deu a eles as plantas das roças, que acabara de receber de seu sogro do fundo das águas. Então passaram a cultivá-las, cuidando da floresta. Não pensaram: ‘vamos desmatar tudo para plantar capim e vamos cavar o chão para arrancar metal!’. Ao contrário, começaram a se alimentar do que crescia na terra e dos frutos da mata. É o que continuamos a fazer até hoje.” (YANOMAMI, 2015)

Hoje vemos que estas mudanças alcançaram as nossas terras indígenas a ponto de desestruturar as formas tradicionais de ocupação do território. Com as políticas do Estado brasileiro, associado com as empresas e corporações, estão barrando os nossos rios e até mesmo mudando o curso de grandes bacias, como na região do Xingu, rio Madeira e Tapajós. O ciclo das águas, a floresta e todos estes ecossistemas que dão fartura e abundância, e que sustentaram a vida de gerações e gerações de nossos povos, além da cultura e todas as expressões da vida livre e autônoma destes povos, estão sendo gravemente afetados.

Aldeias estão cercadas por campos de soja, de onde são lançados venenos pelo ar, afetando a vida das aves que fazem a polinização e disseminação ou dispersão das sementes que refazem a vida das florestas; provocando o afastamento das abelhas e outros polinizadores, além dos animais de caça que são expulsos pelo sobrevoo de aviões lançadores de agrotóxicos.

Ora, como os governantes querem falar de mudanças climáticas se seguem ocupando as cabeceiras e nascentes dos rios com as políticas do Estado e ignorando os direitos dos povos indígenas?

Antes, as comunidades indígenas, em diversas regiões do Cerrado e das florestas, viviam com fartura e prosperidade. Agora, a segurança alimentar destes povos é motivo de política pública! Primeiro o Estado brasileiro promoveu a destruição de seus modos de vida. Agora, milhares de famílias indígenas dependem da cesta básica ou dos programas assistenciais como a Bolsa Família. Esta é, para mim, a maneira mais direta e visível com que as mudanças climáticas afetam a vida dos Povos Indígenas. Se não temos nossos territórios demarcados e respeitados os seus limites, se segue avançando o agrotóxico sobre todas as regiões do país, será o fim da soberania alimentar de todos nós e o começo da nossa sobrevivência.

Seguindo a citação que fiz das palavras de nosso parente Davi Kopenawa Yanomami, transcrita do livro “A Queda do Céu”, publicado este ano no Brasil, depois de ter sido já publicado na França e nos Estados Unidos, quero mostrar como nossos irmãos das nações indígenas no norte da América já profetizaram acerca deste tempo de mudanças que vivemos hoje, isto quase duzentos anos atrás:

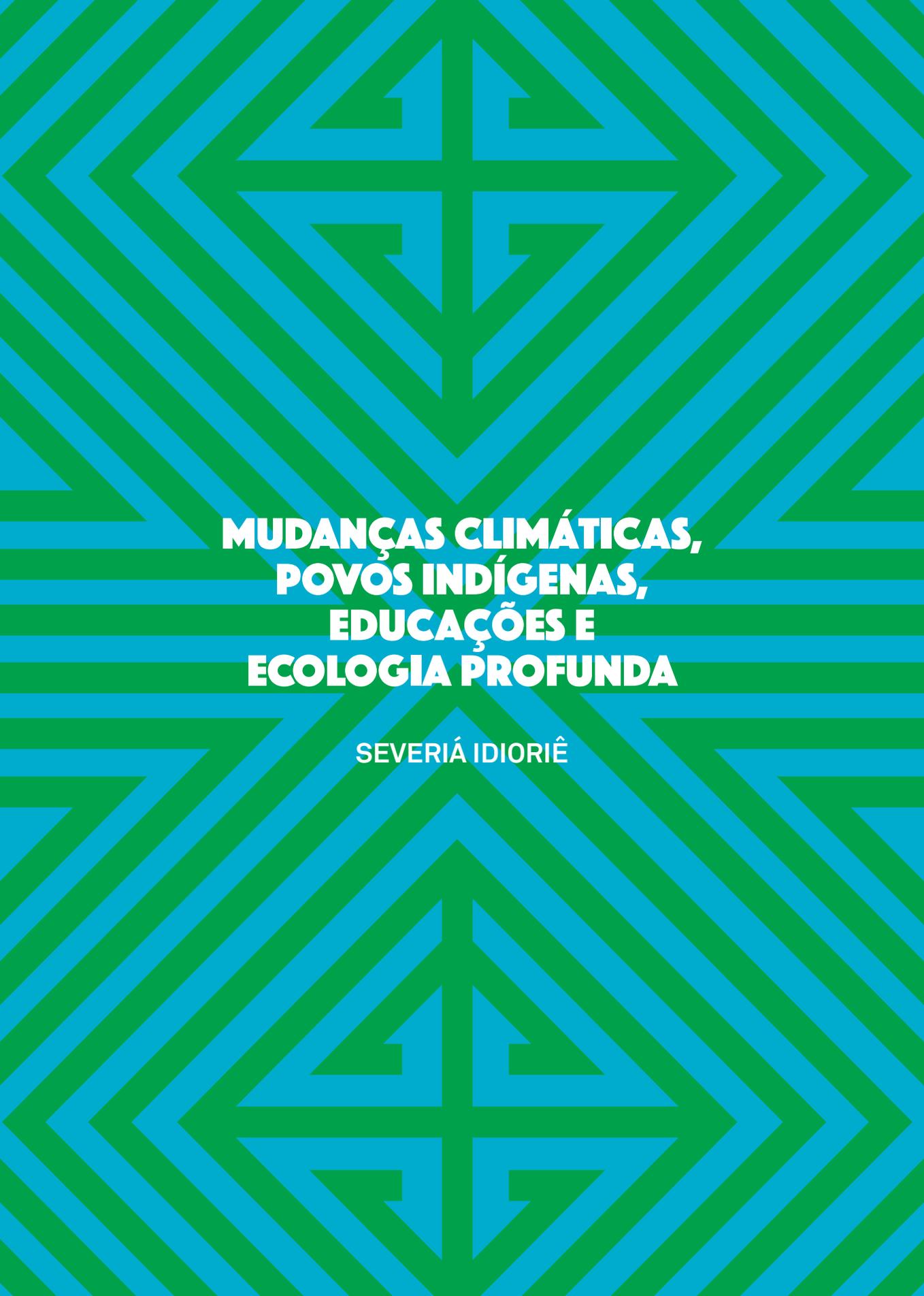
“O homem branco não compreende nosso modo de viver. Uma porção de terra, para ele, é como outra qualquer. A Terra não é sua irmã, nem sua amiga. Depois de exauri-la, abandona-la, deixando para trás o túmulo de seus antepassados e os sonhos de seus filhos”. Palavras do chefe Seattle, do clã *Suquamish* e *Duawamish*, no ano de 1854.



Foto: Adriana Moura

AILTON ALVES LACERDA KRENAK

Jornalista, ambientalista e escritor da etnia Krenak. Nasceu em 1953 na região do Médio Rio Doce, no estado de Minas Gerais, Brasil. Aos 17 anos de idade mudou-se com sua família para o estado do Paraná, onde se alfabetizou e se tornou produtor gráfico e jornalista. Na década de 1980, passou a dedicar-se exclusivamente ao movimento indígena. Em 1985, fundou a organização não governamental Núcleo de Cultura Indígena, de promoção e valorização da diversidade cultural indígena em nível nacional. Eleito para o Congresso Nacional do Brasil em 1986, participou da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira de 1988, lutando para que os direitos indígenas fossem garantidos.



**MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
POVOS INDÍGENAS,
EDUCAÇÕES E
ECOLOGIA PROFUNDA**

SEVERIÁ IDIORIÊ

NÓS, POVOS INDÍGENAS, temos falado há muito tempo das mudanças que poderiam acontecer se não nos atentássemos ao meio onde estamos, observando nossas ações e corrigindo-as e/ou aperfeiçoando as práticas. Um exemplo disto é o discurso do Chefe Seattle da nação Suquamish, do Estado de Washington, ao presidente dos Estados Unidos, em 1855. Suas palavras estão imortalizadas em uma carta. Como disse ele, tudo que fizermos à terra nós sentiremos também porque “Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família. Tudo está associado”. E continua: “O que fere a terra fere também os filhos da terra. O homem não tece a teia da vida; é antes um de seus fios. O que quer que faça a essa teia, faz a si próprio”.

A questão é que, pelo modo como pensamos, não podemos discutir mudanças climáticas sem analisar as formas como o ser humano tem vivido no planeta. O que tem movido suas ações e quem tem de fato vivido e a quem a sobrevivência é imposta?

Cada sociedade concebe o corpo humano conforme seu sistema de significados, sua cultura. Cada sociedade é preta de significados que desejam imprimir nas suas crianças e jovens por meio de socializações. E cada povo em particular tece essa rede de significados. A cultura, ao iniciar este processo, torna em “natural e universal” os padrões de comportamento que foram moldados. Contudo, por uma simples observação em nosso meio, notamos que o corpo humano é afetado pela religião, pela ocupação, pelo grupo familiar, pela classe e outros fatores sociais e culturais.

Muitas sociedades indígenas ainda mantêm uma educação especializada como prática social que une o saber, a vida e o trabalho. Educam-se na vida do dia a dia da comunidade quando fazem suas roças, coletam frutas e escutam as histórias dos mais velhos, realizam e participam de cerimônias coletivas.

Segundo registros históricos, os Xavante estão no Planalto central muito antes do descobrimento do Brasil. As primeiras tentativas de contato têm como registros referências ao século XVII. Uma carta-régia do século XIX decretou guerra contra eles. Nesta época, os Xavante seguiram rumo ao Rio das Mortes, Mato Grosso, e se dividiram em dois grupos: os Xerente que se estabeleceram ao norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins, e os Xavante, no Estado de Mato Grosso. Os Xavante do leste de Mato Grosso, da Terra Indígena Pimentel Barbosa, se autodenominam *A'uwe Uptabi* que significa povo verdadeiro. Os *A'uwe Uptabi* são povos caçadores, povos do sonho. Ser povo verdadeiro é ter ligação com o meio em que vive.

Para os Xavante da aldeia *Wedê'rã*, da Terra Indígena Pimentel Barbosa, município de Canarana, os conhecimentos sobre os cerrados, os rios, vales e montanhas, a maneira de pensar sobre si e seus semelhantes e outros povos, a maneira de realizar suas cerimônias, seus cantos, danças e sonhos, os *A'uwẽ Uptabi* trazem em suas memórias, em seu coração e em seus corpos pintados de urucum, carvão e às vezes tinta de jenipapo. O cheiro das ervas, as cordinhas amarradas no pulso e as gravatas são usadas como seus ancestrais costumavam utilizar. Para os *A'uwẽ Uptabi* tudo está interligado desde antes do nascimento, quando os pais se preparam utilizando banho de ervas, cordinhas nos pulsos e tornozelos. Preparam-se para gerarem os filhos e depois, após o parto, cuidar do crescimento da criança. Tudo está interligado desde a primeira respiração até o último suspiro. Exatamente, como disse o Chefe Seattle, somos apenas um elo da corrente.

Os fundadores desta aldeia são filhos e netos de Apowẽ, líder que fez o contato oficial com o sertanista Francisco Meireles em 1946. Anteriormente, este grupo residia na aldeia Pimentel Barbosa fundada por seu avô. Fundaram a nova aldeia com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, melhor utilizar os territórios de caça, pesca e coleta de frutas do Cerrado, fortalecer e manter vivo o espírito e as tradições *A'uwẽ Uptabi*. Segundo Apowẽ, esse grupo é de uma linhagem antiga, de tempos imemoriais. Conforme sua filosofia é preciso saber andar neste mundo com sabedoria; é preciso aprender o segredo de ser e estar no mundo e viver em comunhão com tudo que existe no mundo.

Foi guiado por esta filosofia que este grupo, a partir dos anos 80, após a reconquista de parte de seus territórios tradicionais, inicia trabalhos socioambientais, culturais e educacionais. Era necessário recompor com plantas nativas do Cerrado as áreas que foram usadas para pastagens, monocultura de arroz e retirada de madeira. E iniciaram também as boas práticas do uso do fogo conforme conhecimentos ancestrais. Era necessário equilibrar o ambiente.

Em 2015, o que vemos no entorno dessas áreas é o avanço das áreas de plantio de soja e com isto a destruição do Cerrado. Isso impacta negativamente os climas da região, a época da chuva. A seca e as altas temperaturas são sentidas. Houve mudanças no plantio das roças Xavante de milho, abóbora e melancia. O período de seca teve seu prazo prolongado. E como estão as cidades vizinhas?

Numa caminhada pelos grandes centros desenvolvidos, observamos quais são as pessoas que vivem aliando “qualidade de vida e padrão de vida”. Nos condomínios horizontais existem heliportos, áreas verdes e lagos. Enquanto nas habitações populares, o que há?

O que tem tudo isto com mudanças climáticas? Tudo. Como é a educação nos países desenvolvidos? Os pais têm tempo de educar os filhos? Que valores são ensinados? Que tipo de pessoas têm deixado para o planeta, para a sociedade? E, como o poder público tem atuado? Assegura o direito do cidadão de viver dignamente?

São infinitas perguntas. Isto porque queremos entender como temos vivido. Tantas informações e conhecimentos, mas nada ameniza o calor, nada impede os tornados e as enchentes. Não sabemos o conceito de microclima, mas podemos sentir a diferença quando uma árvore é derrubada. Há diferença na temperatura, o local fica sem umidade, há mais claridade.

Estão ocorrendo mudanças climáticas. Se perguntarmos aos mais velhos a época das chuvas e das secas, ele com certeza dirá que houve mudanças nos últimos tempos. Não há como saber “direitinho”. Em Mato Grosso, nas áreas onde estão nossas aldeias, a leste, próximo ao Rio das Mortes, há uma década, as chuvas costumavam começar no final de outubro e terminavam em março. O término das chuvas parecia similar à época das chuvas do Rio de Janeiro, como bem canta Vinícius de Moraes em *Águas de Março*: é pau, é pedra, é o fim do caminho, é um resto de toco... são as águas de março fechando o verão...

Sabemos que as mudanças climáticas estão ligadas à forma de desenvolvimento e progresso. É necessária uma transformação social e cultural para reestruturar o sistema de informação e educação, como disse Fritjof Capra em “O ponto de mutação, a ciência, a sociedade e a cultura emergente”, em 1982. Ele fala sobre a distinção sobre “ecologia profunda” e ambientalismo superficial. Segundo ele, enquanto o ambientalismo superficial se preocupa com o meio ambiente mais eficiente para o “homem”, a ecologia profunda exige mudanças radicais em nossa percepção do papel dos seres humanos no ecossistema planetário. E isso, conforme ele, requer uma nova base filosófica e religiosa.

Mas, ele afirma que:

Portanto, movimento da ecologia profunda não propõe filosofia inteiramente nova, mas está revivendo uma consciência que é parte de nossa herança cultural. O que é novo, talvez é a ampliação da visão ecológica num nível planetário, apoiada pela poderosa experiência dos astronautas e expressa em imagens como “nave espacial Terra” e “toda a Terra”, assim como a nova máxima, “Pense globalmente e atue localmente”. (CAPRA, 1982, p. 403 e 404)

Desta forma, penso que era disto que falava o cacique Seattle. Pensemos e vamos agir.

Quem sabe devemos começar marcando rodas de conversas entre nós, povos indígenas, seminários em universidades, mostras socioculturais-ambientais e reunião com líderes políticos locais, estaduais e federais. Quem sabe poderá ser o início.

SEVERIÁ IDIORIÊ

Indígena Karajá e Javaé, nascida no estado de Goiás, Brasil e conselheira Tradicional da Aldeia Wede'rã, T.I. Pimentel Barbosa, do povo Xavante, municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, Mato Grosso, Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e graduada em letras Modernas Inglês/ Português pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Goiás. Atua na área de movimentos sociais, educação escolar indígena, meio ambiente e cultura. É também professora licenciada da Escola Estadual Indígena de Educação Básica “Etenhiritipá”.



Foto: Helenice Stela / Seduc-MT

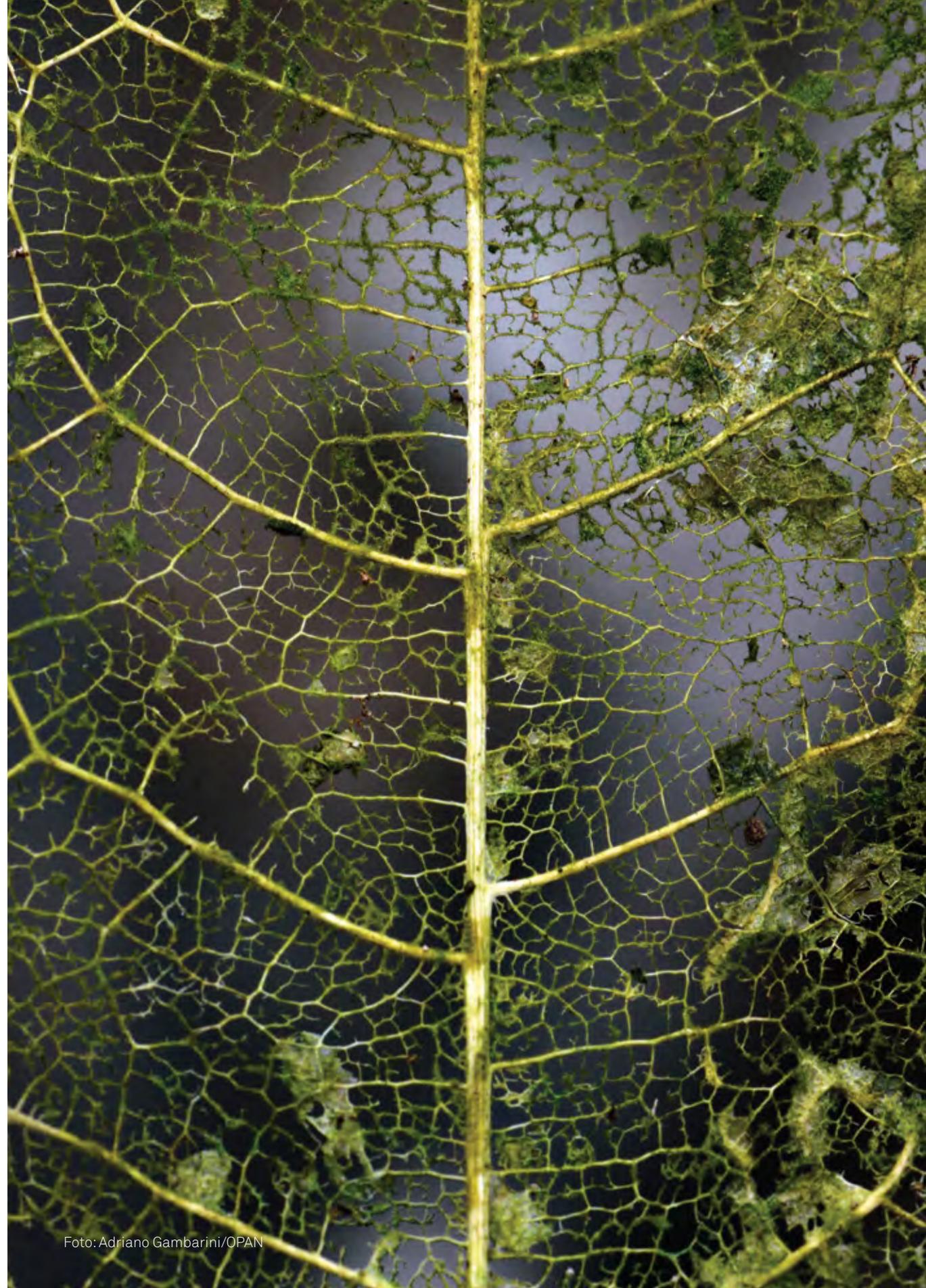


Foto: Adriano Gambarini/OPAN

MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O POVO MUNDURUKU DE JUARA

MARCELO MANHUARI MUNDURUKU

Texto construído com acompanhamento de Joaquim Crixí,
cacique da aldeia Nova Munduruku.

O POVO MUNDURUKU é um povo tradicionalmente da região do Alto Tapajós, que se concentra majoritariamente na Terra Indígena de mesmo nome, com a maioria das aldeias localizadas no rio Cururu, afluente do Tapajós, região esta que ficou conhecida como Mundurukânia, citada no mito de origem. Karosakaybo criou os Munduruku na aldeia Wakopadi, situada nos campos centrais, próxima às cabeceiras do rio Krepori, nas proximidades do limite leste da terra demarcada em 2001.

O povo Munduruku de Mato Grosso, que reside no município de Juara, migrou pelo rio Juruena, desde a região do Alto Tapajós, no Pará, no final da década de 70, motivado por fortes laços familiares que tem como o povo Apiaká, e pela exploração dos seringais nativos para a extração do látex, única atividade de renda da época, legado do incentivo do governo durante a segunda grande guerra mundial. Atualmente, convivem com as etnias Apiaká e Kayabi, sendo seus vizinhos, o que enriquece e fortalece as tradições e a cultura indígena local, que se denomina Terra Indígena Apiaká-Kayabi, a 60 Km da sede do município de Juara.

Atualmente a população Munduruku é de 137 pessoas, que residem na aldeia Nova Munduruku, à margem direita do rio dos Peixes, registrada na Fundação Nacional do Índio (Funai) no dia 24 de junho de 1988. Seu contexto sociocultural está relacionado à realidade das demais comunidades desta terra indígena. Compartilha com os povos Apiaká e Kayabi todas as políticas assistencialistas nas diversas áreas, como na educação, saúde, esporte e projetos de cidadania que buscam trazer para ambas as comunidades a formação de seus membros. Hoje essa relação de interculturalidade é bastante amistosa, havendo a miscigenação entre esses povos, e, não apenas isso, mas também se dá no contexto econômico, desfrutando de uma mesma forma de sustentabilidade das riquezas e de produtos florestais não madeireiros desta terra.

O QUE O POVO MUNDURUKU DE JUARA PENSA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A mudança do clima para o povo Munduruku é considerada como um grande problema para o modo de vida de nosso povo, levando em consideração a interferência que a mesma causa no processo natural do ciclo de estações do ano, impactando vários aspectos da agricultura tradicional, da pesca artesanal, assim como na realização de atividades ligadas à produção de alimentos. Acreditamos que tudo está interligado à natureza. Nosso povo crê que no decorrer dos tempos a natureza nos encaminhou até aqui, nos remetendo ao



Crianças Munduruku ajudando a combater o fogo. Foto: Marcelo Munduruku.

conhecimento sobre o tempo, espaço e o ciclo de vida dos seres existentes no mundo, e, dessa forma, nos preocupamos como o meio em que vivemos diante o quadro crítico que vemos acontecer nos últimos tempos.

Nos preocupamos que este modo da gente viver seja considerado ultrapassado, pois procuramos viver e conviver da forma de nossos antepassados. Isso está ficando cada dia mais difícil, mediante as políticas públicas que visam apenas uma forma de produção, sem preocupação e sem controle do uso dos recursos naturais no estado de Mato Grosso, assim como em outros estados de nossa federação. A problemática vem se agravando a cada ano, trazendo situações que mais tarde trarão consequências irreversíveis, como o assoreamento dos rios e construção de hidrelétricas na bacia dos principais rios da Amazônia, local onde residem muitos povos tradicionais e ribeirinhos.

COMO OS MUNDURUKU DE JUARA SENTEM E CONVIVEM COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Nosso povo está passando por um processo de adaptação, até por não estarmos em nosso território tradicional, e que estamos passando a entender e desfrutar do potencial deste lugar. Essa capacidade de adaptação de nosso povo vem desde o contato com a sociedade não indígena, é claro que com algumas perdas de nossas características, como a inversão de valores e adoção de alguns comportamentos, que se fizeram necessários para que pudéssemos capacitar pessoas para nos representar nos mais diversos movimentos.

Quanto ao clima, estamos procurando trabalhar com projetos que valorizam as práticas culturais, uso de plantas medicinais, coleta e plantio de sementes que são usadas na confecção de artesanato e outros adereços, coleta de castanha, capacitação de valorização deste produto de muitas utilidades, assim como da própria floresta. Isso está inserido no calendário da escola, como a coleta de frutos silvestres na área de conhecimento de práticas agroecológicas, pois nossa escola tem um currículo flexível para essa temática.

Tentamos de todas as formas trazer para as nossas crianças e jovens o conhecimento e a vantagem de proteger os rios e as nascentes, o controle das queimadas, a visibilidade e valorização da biodiversidade em nosso meio, e os impactos que as hidrelétricas podem causar, nos aspectos social, ambiental e cultural, bem como as políticas de desenvolvimento de nosso estado e País.

COMO OS MUNDURUKU DE JUARA GOSTARIAM OU DEVERIAM PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Estes assuntos podem ser debatidos dos modos abaixo:

- Trabalho de conscientização e o uso adequado das matas e rios, assim como a fauna, que de certa maneira só passa a ser valorizada a partir de quando se agrega valor econômico a esses recursos;
- Desfrutar do potencial de economia verde dos lugares, como assentamentos, Terras Indígenas, e outros;
- Busca de políticas de incentivos as atividades de alternativas econômicas sustentáveis de produtos orgânicos, uma vez que o foco da produtividade de alimento está pautada na monocultura em nosso estado;

- Debater as consequências de grandes empreendimentos como hidrelétricas, agronegócio e ausências de políticas públicas voltadas para a sociedade de risco, como as aldeias indígenas e as populações ribeirinhas, ou mesmo quilombolas;
- Articular parcerias para desenvolver atividades de caráter sustentável para as populações de risco;
- Procurar alternativas de mercado acerca de produtos da floresta e articulação para a qualificação desses produtos, suporte técnico, ou mesmo o uso de mecanismo de acompanhamento de pequenos empreendimentos como as incubadoras, ou cooperativas e associações que já trabalham com tais atividades de sustentabilidade.

MARCELO MANHUARI MUNDURUKU

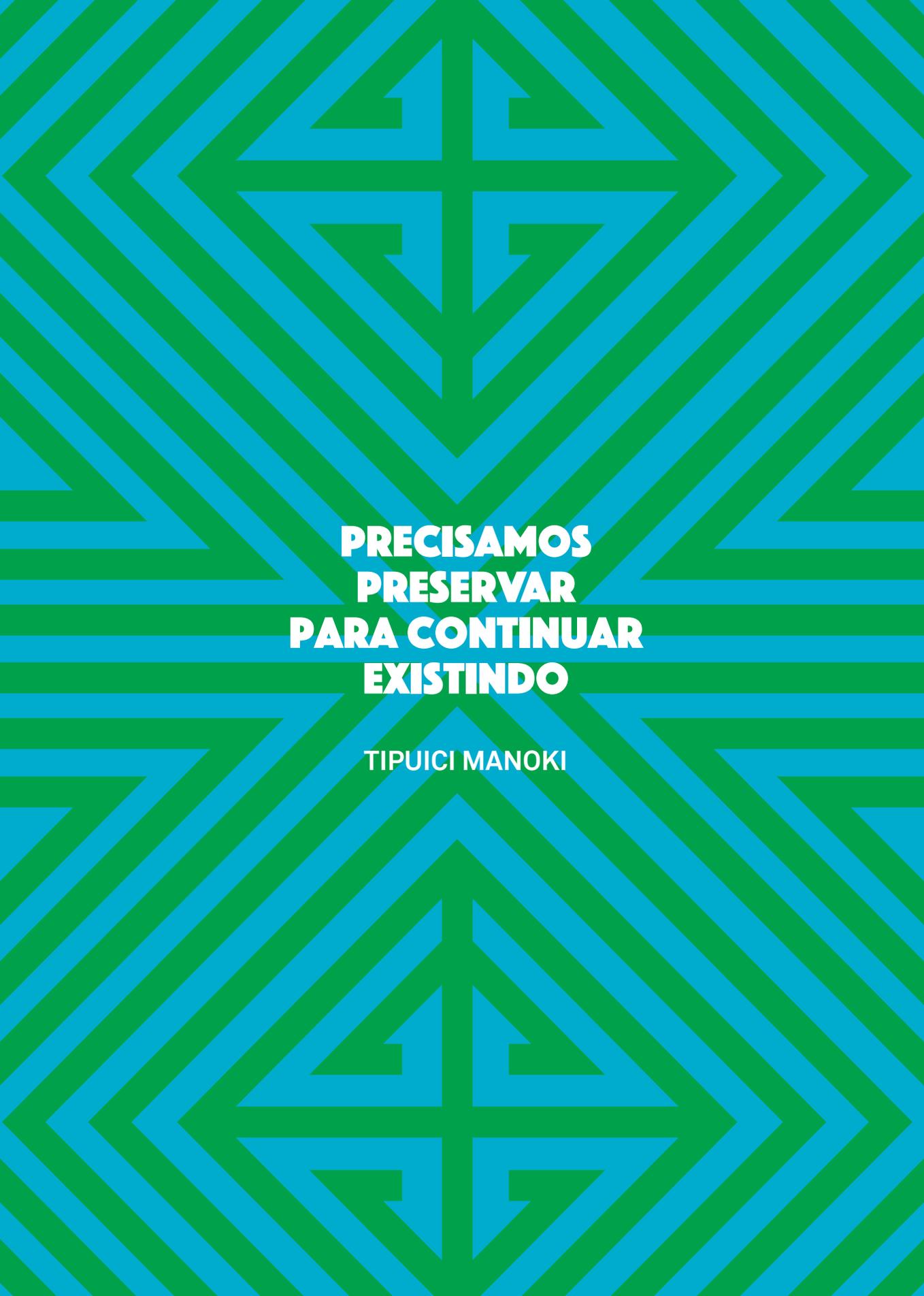
Povo Munduruku. Professor indígena da Aldeia Nova Munduruku, formado em Línguas, Artes e Literatura pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Dedicar-se ao fortalecimento do movimento cultural Munduruku em Mato Grosso. É escritor, músico, representante do povo Munduruku no Conselho Estadual de Educação e liderança da aldeia Nova Munduruku, na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, município de Juara, Mato Grosso, Brasil.



Foto: Marcelo Munduruku



Foto: Adriano Gambarini/OPAN



**PRECISAMOS
PRESERVAR
PARA CONTINUAR
EXISTINDO**

TIPUICI MANOKI

O QUE ERA REALIDADE ontem virou história hoje, como tantas outras histórias contadas e que muitas vezes fica difícil de acreditar. Quando eu era criança, meu avô ainda pegava trairão na ponte do córrego São Domingos, que passa no meio da aldeia Cravari. Muitas pessoas pescavam ali, tiravam seus alimentos desse córrego. Hoje virou história. Quando passo sobre aquela ponte, fico lembrando de quando eu era criança e pegávamos peixes com meu avô. Ele contava que tinham muitos peixes durante as chuvas porque o rio ficava cheio, os peixes subiam do rio Cravari para o córrego São Domingos.

Hoje eu cresci e meu avô já foi morar com *Inuli* (Deus), e eu continuo passando naquela ponte. Vejo muitas crianças mergulhando, mas hoje fico feliz por elas não necessitarem somente dos peixes do rio para sua alimentação porque, se dependessem disso, muitas não teriam o que comer. Hoje o córrego São Domingos é apenas para tomar banho, fugir do calor e se divertir aos fins de semana. As crianças se divertem e muitas ainda eu ouço reclamar, dizendo que o córrego é pobre, e eu me lembro de quando eu e meu avô sentávamos na ponte para pegar peixe à noite, e de outras famílias que também pescavam ali. O córrego São Domingos e o rio Cravari eram ricos de peixes. Hoje em dia não é mais possível ver peixes porque alguns anos atrás foi construída a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Bocaiúva, o que não permitiu mais a passagem dos peixes para os rios que ficam acima dessa PCH.

Sabemos que Mato Grosso é o maior produtor de grãos e também campeão na criação de boi, acabando assim com as suas matas. Como se isso não fosse o bastante, os licenciamentos para construções de hidrelétricas e PCHs seguem a todo vapor. Tudo isso deixou as terras indígenas ilhadas por grandes fazendas de sojas e bois. Hoje estão matando os rios e seus peixes. Os processos de licenciamento desses projetos não levam em consideração a participação e a voz dos povos indígenas, mesmo que muitos deles sejam próximos às terras indígenas.

Entendemos que matando a natureza também estão matando nós, povos indígenas. Existem muitas outras formas sustentáveis, que podem ser usados para o desenvolvimento do país, e que todos podem ser beneficiados. Sabemos que a preservação do meio ambiente não é uma responsabilidade só dos povos indígenas, mas sim de toda sociedade que busca ter um mundo melhor. Sem a natureza não será possível viver nesse planeta chamado Terra.

Para um povo que tem vivido e cuidado da natureza, pois tudo o que temos depende da natureza, é difícil lidar com toda essa mudança climática. Antes

sabíamos os meses da chuva, quando era tempo seco e frio, dessa forma era possível saber quando deveríamos derrubar a roça, tacar fogo, plantar e colher, tudo isso era acompanhando a mãe natureza. Nos dias atuais não é mais possível fazer isso porque não se sabe mais as estações do ano e não dá mais para acompanhar a lua também. Para meus avós, o período da lua era muito importante, pois era assim que as plantas nasciam bonitas e davam muitos frutos. Por causa das atitudes impensadas do homem, agredindo a natureza, muitas dessas práticas foram se perdendo. Agora quando deveria ser seca é chuva e no frio faz calor.

O que podemos fazer pela nossa mãe natureza é lutar com todas as forças contra o interesse do governo federal, governo estadual e municipal que querem destruir mais. Lutar para que os nossos territórios continuem preservados e as terras ainda não demarcadas sejam demarcadas. Pois a natureza que preservamos hoje é a segurança da humanidade do amanhã. Todos estão sendo beneficiados pela natureza que a gente preserva, mas poucos têm essa visão dos povos indígenas.



Crianças brincam no rio da Aldeia Cravari, TI Irantxe. Foto: Tipuici Manoki

Já contribuimos muito com a humanidade, mas, para contribuir mais ainda, precisamos ser ouvidos pelos órgãos que tomam decisões, e, acima de tudo, a lei neste país precisa ser cumprida. A sociedade precisa entender que as frutas não nascem nas prateleiras de um supermercado e que a água que bebem não sai como em um passe de mágica da torneira.

Para continuar a existência da vida na Terra é preciso saber respeitar a natureza e saber usar o que ela nos oferece. É preciso entender que o dinheiro não é capaz de comprar tudo. Enquanto cada um não fizer sua parte, estaremos longe de alcançar uma solução para resolver tudo que está acontecendo. Não se pode agredir a natureza, a Terra, porque entendemos que, sem ela, não podemos ter saúde, educação e, acima de tudo, felicidade para o povo.

Não podemos culpar a natureza pelas catástrofes que vêm ocorrendo pois o homem é o culpado do que está acontecendo. A natureza está apenas respondendo o que ela sofre. Os peixes precisam da água, as águas precisam da mata e nós precisamos de tudo isso para nos alimentar, para respirar e para viver.



Foto: Arquivo pessoal

TIPUICI MANOKI

Liderança indígena Manoki, moradora da aldeia Treze de Maio e professora na aldeia Cravari, na Terra Indígena Irantxe, município de Brasnorte, região noroeste de Mato Grosso, Brasil. Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Antes da faculdade atuou como agente de saúde indígena, trabalhando com seu povo. Atualmente participa ativamente do movimento indígena e de todos outros que defendem a causa social.

RÓ NA WAHÖIMANAZÉ - VIVER NO CERRADO

CAIMI WAISSÉ XAVANTE

Texto construído com base em entrevista com o tio Wazaé,
ancião da aldeia, no mês de agosto 2015.

ANTIGAMENTE, o território do povo *A'uwẽ* (Xavante) não tinha os limites arbitrários que são nossas fronteiras hoje. As fronteiras eram os tipos de vegetações e os limites eram naturais. É por isso que, para nós, tudo está interligado. Somos e fazemos parte do ecossistema do Cerrado. Ele nos alimenta e cabe a nós respeitá-lo.

Desde que nascemos, há uma ligação de cada Xavante com o território em que moramos. Nossos pais se prepararam para nos gerar e cuidar de nosso crescimento após o parto em relação com o meio ambiente. Usando as madeiras dos brincos cerimoniais, as cordas de buriti para proteção e os banhos de ervas, fomos pensados, sonhados e gerados no útero de nossa mãe. Quando nascemos, recebemos das entrecascas vindas do Cerrado, das matas de galeria ou da vereda de buriti as cordinhas usadas nas pulseiras e tornozeliras sagradas de proteção. Nossas mães e pais se alimentam de mingau de milho e outras comidas leves oferecidas pelo território.

Por isso, estamos interligados com tudo da natureza que nos envolve; ela nos alimenta, fortalece e nos supre; nós cuidamos e devemos reverenciá-la como nossa Grande Mãe. Nossa vida e nossos ritos de passagem e de iniciação estão interligados com ela desde a primeira respiração até o nosso último suspiro.



Aldeia Wede'rã, agosto de 2015. Foto: Acervo Ponto Cultura Apowẽ.



Cerrado, agosto de 2015. Foto: Caimi Waiassé Xavante.



Aldeia Etenhiripá, agosto de 2015.
Foto: Acervo Ponto Cultura Apowê.



Limite da Terra Indígena Pimentel Barbosa,
divisa com áreas de pasto, maio de 2008.
Foto: James Welch / Ponto Cultura Apowê.

Celebramos a natureza através dos cantos, danças e expedições *zōmori*, quando passamos por cada tipo de vegetação do Cerrado. Somos o povo do Sonho. Para sonharmos nossos cantos e termos sabedoria para compreendermos as respostas para nossas dúvidas e problemas devemos nos alimentar de espécies vindas dos nossos ecossistemas, carnes de caça como queixada, anta, cervo, tamanduá, entre outras. Nossa saúde mental, física e espiritual está interligada com o que nos cerca, com a forma como nos alimentamos e levamos nossa vida em cada momento.

Mas isso tudo vem sofrendo mudanças, com consequências trágicas para nós, decorrentes da diminuição territorial, desmatamento ao redor das Terras Indígenas, poluição por agrotóxicos e mudanças do clima, problemas que afetam diretamente a saúde das comunidades. As políticas de desenvolvimento no Brasil não respeitam nosso modo de ser e não se importam se exploram, poluem e profanam a Terra. São projetos de hidrelétricas, monocultura de soja com agrotóxicos, contaminação dos rios. Os projetos sociais do Governo Federal, como as cestas básicas e o Bolsa-Família tornam nossa alimentação pobre em nutrientes e nos fazem dependentes dos produtos que vêm das cidades, enquanto nossas roças de toco e nossas expedições de caça e pesca recebem pouco apoio.

Para enfrentar essas questões, que são problemas de ordem socioambiental, nosso maior desafio é continuar formando nossos jovens dentro da filosofia *A'uwê*. Nossos ritos de iniciação e passagem devem acontecer como sempre aconteceram, como nossos antepassados e os Espíritos que não vemos nos ensinaram. Cada padrinho deve saber de sua responsabilidade em continuar repassando a essência de nosso povo, a forma como concebemos o mundo e respeitamos o lugar onde vivemos, tanto física como espiritualmente.

Para continuar a educação tradicional, os padrinhos, pais e avós ensinam e educam de forma oral os jovens durante as expedições de caça, pesca e coleta de frutas e palhas. Para atingir esses objetivos, nosso povo está assimilando técnicas do *warazu* (não indígenas) em nosso favor. A Escola Indígena *Etenhiritipá*, da aldeia, sistematiza os conhecimentos da tradição em língua xavante e portuguesa. O Ponto de Cultura *Apowê* documenta em audiovisual todas as atividades feitas nas aldeias e nas cidades, assim como nossos costumes e rituais. Com isso, tentamos desfazer a ilusão das coisas trazidas do mundo dos *warazu*, que tem cegado nossos jovens, alguns padrinhos e anciãos.

Nos últimos anos, conseguimos fazer as caçadas de fogo como nossos avós faziam. Estamos estudando a melhor fórmula de uso da queimada nas caçadas e nas roças. Para melhor consumo de proteínas, temos desenvolvido projetos de manejo e monitoramento de queixadas. Os resultados virão nos próximos anos. Isso tudo na Terra Indígena Pimentel Barbosa, no estado de Mato Grosso.

Por isso, queremos ser consultados em relação às políticas públicas, tanto no nível federal, como o PAC, quanto no nível estadual e municipal, que afetam diretamente o entorno de nosso território com projetos em turismo, rodovias, ferrovias, hidrovias, produção agrícola monocultora, entre outros. Gostaríamos de ver projetos de educação ambiental nas cidades, que ensinem os jovens a entender o ecossistema na região em que vivem. Mas, principalmente, queremos que os gestores públicos nos níveis municipal, estadual e federal reconheçam que podemos fazer parcerias para um trabalho que cuide da nossa região e do planeta. Todos dependem desse equilíbrio socioambiental para viver melhor como seres humanos.

Nós, humanos, topo da cadeia alimentar, temos destruído tudo, desrespeitando tudo em nome do progresso. Como fica a qualidade e a continuidade da vida dos seres humanos? E de outros seres? Devemos refletir e tomar uma posição em relação aos impactos que o planeta recebe. Tomar posição. Se não estaremos perdidos e não haverá mais planeta Terra.

CAIMI WAIASSÉ XAVANTE

Povo Xavante, do Clã dos Porezá'õno, do grupo Hõtõ-rã. Da família de linhagem da madeira sagrada "Wamari tedewa". Neto de Apowe. É casado. Tem filhos e netos. Reside na Aldeia Etenhiritipá, Terra Indígena Pimentel Barbosa, municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, Mato Grosso, Brasil. Professor de língua portuguesa e língua xavante, atualmente é diretor na Escola Estadual Indígena de Educação Básica Samuel Sahutuwe na aldeia Etênhiritipa, na mesma terra indígena. Conselheiro na Educação Escolar Indígena-MT. Cineasta desde 1990 possui dez filmes produzidos, três deles premiados em festivais nacionais e internacionais de cinema. Representante da Associação Aliança dos Povos do Rondon, Associação Xavante Etenhiritipa e membro do Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas.



Foto: Manoel Ramos Junior



AS MUDANÇAS NO CLIMA PARA O POVO MANOKI

MANOEL KANUNXI

Texto construído a partir de entrevista realizada por Mel Mendes e Artema Lima, em agosto de 2015, na Aldeia Cravari, Terra Indígena Irantxe (MT)

O POVO MANOKI, no momento, se preocupa bastante com a questão das mudanças climáticas porque a gente não tem mais o controle dos ciclos da natureza como a gente tinha antigamente. Os nossos antepassados conheciam muito bem o tempo. Antes a gente tinha controle do trabalho, se planejava. Tinha as épocas certas de chuva, época certa de seca, época certa de plantar e colher. O clima está mudando e a gente se preocupa muito com o futuro.

A gente vê que, hoje em dia, a gente planta certas coisas nas épocas em que a gente era acostumado a plantar, mas não dá resultado. E, quando dá, as produções vêm atrasadas, fora de época, e não é mais rico como era antes. A gente não tem mais as épocas certas de nada. O tempo está sendo maluco!

Essas mudanças, a meu ver, têm muito a ver com o agronegócio, com todas essas fazendas de soja ao nosso redor. Estamos cercados. Quando não tinha o agronegócio e todo o desmatamento que ele causa, o controle do tempo era muito melhor. A gente sabia o tempo certo e trabalhava no tempo certo. Agora o tempo muda toda hora. O frio vem chegando de repente. A gente não sabe se vem friagem ou não, mas a gente já percebe que quando ele vem, fica dois ou três dias e nem é tão frio quanto era antigamente. Ao mesmo tempo, o calor vem aumentando muito. Épocas que eram para estar mais frio, agora estão sempre quentes.

Aí, com o desmatamento e todo esse calor vêm as queimadas e o avanço do fogo sobre a natureza. Está tudo relacionado. Por isso que nós, como protetores das matas que restam, estamos conseguindo reduzir as queimadas nas nossas terras. A gente está se preparando, junto com parceiros, para defender nossa terra das queimadas, que aumentam junto com o calor e a queimadura.

A nossa convivência com a natureza está diferente, está sendo afetada pela mudança do clima. Nos preocupamos muito com o futuro. A gente não sabe onde a humanidade vai chegar. A nossa alimentação também está sendo afetada porque a gente não colhe na época certa, a gente não tem mais as produções como tinha antes. Antes sempre tinha o alimento da roça, isso era certo. Hoje em dia, às vezes dá, às vezes não dá. Sem plantar e colher, a gente fica dependendo da comida da cidade.

A gente conhecia a natureza e nossos pajés sabiam os tempos dela através dos astros, através das plantas e até dos animais que a gente via na mata. Agora, até a questão da reprodução dos animais está mudando. Tem bicho que a gente nem vê mais e, na verdade, não sabemos se estão se reproduzindo

ou se já desapareceram para sempre. Os animais estão morrendo, e isso é por causa do clima e por causa do desmatamento.

O povo Manoki é apicultor. O mel dos Manoki sempre foi conhecido por ser bom. Por causa do clima, as florações estão mudando, estão variando de ano a ano. Agora a gente não tem mais a produção de mel como antigamente. As flores melíponas estão aparecendo na época errada, quando a gente não está preparado para coletar. Percebemos que está havendo também uma diminuição das abelhas. Elas estão se mudando ou morrendo por causa do clima diferente. Elas não conseguem sobreviver nesse clima diferente do que elas estão acostumadas e, por isso, as abelhas estão acabando. Isso afeta a nossa produção do mel, mas também toda a nossa vida, pois as abelhas são importantes para polinizar e espalhar vida na mata.

A gente sente que isso, essas mudanças mais fortes no clima, vieram junto com o avanço do agronegócio, do desmatamento e dos projetos do governo, como as hidrelétricas. A nossa área aqui tá rodeada de lavoura de soja, milho e algodão e isso vem nos prejudicando muito, principalmente por causa dos agrotóxicos que eles usam nas lavouras. As águas estão contaminadas, a terra também. A gente percebe que os peixes diminuíram: ou morreram por causa do veneno, ou ficaram presos nas represas e não puderam mais reproduzir.

Essas barragens, as hidrelétricas e as PCHs estão acabando com os peixes e mudando as características do rio. O volume e o tamanho do rio diminuíram bastante. Por causa disso, a gente não tem mais a convivência com o rio que tínhamos antes. E nem sabemos se no futuro teremos um rio, pois as cabeceiras estão todas sendo desmatadas e as nascentes estão secando. Por causa disso tudo, a gente não tem mais como viver como vivíamos antes, da caça e da pesca. Os animais e os peixes diminuíram, a mata diminuiu, o rio diminuiu. A gente não tem mais aquela relação cultural tão forte com a caça e pesca como tinha antes porque é impossível.

A gente convive com essas mudanças no clima e elas nos afetam todos os dias. Sentimos que a poeira aumentou, e, misturada com o agrotóxico que está no ar, que a gente respira, causa doenças pro nosso povo. Parece que as gripes e pneumonias que temos agora são mais fortes das que a gente tinha antes. E parece que ninguém vê. Nossa saúde também está ameaçada.



Extensa área convertida ilegalmente em pasto dentro da TI Manoki. Registro de 2013. Foto: Arquivo OPAN

PRECISAMOS SER OUVIDOS

O governo muda, mas a gente continua sem saber qual a postura e o que o governo vai fazer em relação a essas mudanças no clima. Os políticos falam muito sobre isso, mas não agem para frear isso, na verdade. A gente está vendo que nós, os índios, estamos sendo ignorados pelo governo nessa discussão. Parece que estamos isolados.

Chegou o momento de nós, populações indígenas, nos unirmos para discutir como essas mudanças no clima nos afetam. Falar sobre nossas preocupações e ter espaço, junto com os governos, pra gente discutir nossas preocupações e formas de resolver a questão. O governo precisa entender o que nos preocupa. Mas parece que o governo não se preocupa com isso, por que só quer ver o agronegócio crescendo e fazendo dinheiro. Enquanto isso, a saúde e o bem-estar da população indígena e da população brasileira, de modo geral, não estão sendo considerados.

Nós, como índios, temos que mostrar que o governo precisa se preocupar com isso e agir de verdade. A impressão que dá é que, apesar do que falam na televisão, o governo não está se preocupando com isso porque segue fazendo obras, acabando com os rios e desmatando cada vez mais. Temos muito pra dizer. É possível nós, índios, nos unirmos e mostrarmos para o governo que assim não dá pra gente viver e, no futuro, não vai ser possível ninguém viver. O governo tem que dar espaço pra gente nas plenárias, com os deputados, com os pesquisadores e todos os especialistas, pra gente discutir a sério, pois também somos conhecedores da natureza.

A gente acha que ainda tem jeito de resolver esta situação. Mas para isso é preciso parar de desmatar, e é preciso parar agora. No momento, a gente sabe muito bem que o que já foi derrubado de floresta e o que já tem de área de plantação são o suficiente. Se usasse toda essa grande área que desmataram para produzir alimentos para o povo, todo mundo vivia bem e não existiria fome. A questão é que a soja a gente não come, e o povo e o meio ambiente não são prioridade. Essa soja toda é para mandar para fora, para fazer dinheiro e produzir outras coisas.

Não precisa desmatar mais, precisa replantar floresta e preservar o que ainda tem. As pessoas falam como se isso não fosse possível, mas é sim. Só precisa querer fazer. O problema é que, por causa de interesse dos grandes, o governo parece que está cego para a solução. A gente está discutindo entre nós nas comunidades, estamos apontando os caminhos, mas tem que nos ouvir e tem que ter vontade de fazer. Só assim vai ter um jeito de parar essa destruição e tentar resolver essa questão das mudanças climáticas pra gente ter futuro. Assim os índios vivem há anos.

Os empresários da madeira, das hidrelétricas e do agronegócio acham que desmatar é a melhor forma de viver, mas não é assim. A gente quer mostrar pros governos que existem outras formas. Os indígenas sabem disso, vivem nesta terra desde sempre. O desmatamento zero pode ser uma das soluções, mas isso depende da consciência de cada um. Todos precisam se juntar para ajudar e aprender a cuidar do planeta de uma forma diferente.

Já existem alguns outros parentes indígenas que estão lutando e discutindo a questão das mudanças climáticas em vários lugares. A gente tem que se juntar e ir à luta para mostrar pros brancos que não é assim que a gente sobrevive. A gente vive junto com a natureza, a gente também é parte dela.

É claro que a gente pode tirar uma árvore, fazer nossas roças, nossos trabalhos, matar um bicho aqui ou em outro lugar, mas tem que ser de forma equilibrada.

Os outros países mais desenvolvidos hoje já enxergam que a situação está difícil e agora estão querendo discutir como resolver, mas isso é porque lá eles já acabaram com todo o mato e as florestas. Mas como vão resolver se agora eles vêm aqui no Brasil, que ainda tem floresta, para querer devastar o Brasil também? A nossa população tem que ter consciência que isso não é desenvolvimento. Não podemos deixar que aqui aconteça o que já aconteceu por lá. A gente tem que usar essa experiência deles e continuar na luta para proteger o que ainda temos de floresta e de água e pensar formas de diminuir os impactos do estrago que já foi feito. Só assim vamos ter chance de tentar diminuir o mal das mudanças climáticas.



Foto: Andreia Fanzeres

MANOEL KANUNXI

Liderança e cacique geral do povo Manki. Vive na aldeia Asa Branca, Terra indígena Irantxe, município de Brasnorte, noroeste de Mato Grosso, Brasil.

O POVO MEHINAKU E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MAYAWARI MEHINAKO

O POVO MEHINAKU pensa que a mudança climática está cada vez mais complicando a vida cotidiana e a convivência dos seres humanos e de todos os seres vivos. Precisamos pensar e refletir com atenção, para preservar e conservar a natureza que dá bem estar na vida. O Brasil é um território que possui muita riqueza, um grande patrimônio cultural, ambiental e biológico. Infelizmente, os habitantes do país não vêm tendo capacidade de proteger essas riquezas do país. A natureza foi degradada sem preocupação com o uso da biodiversidade no futuro.

Conforme a visão do povo Mehinaku, cada vez mais aumenta a população no mundo e os cidadãos não analisam a importância do planeta saudável. A natureza precisa ser valorizada e protegida porque a vida depende da natureza. Como atualmente vivemos no capitalismo, acaba ocorrendo uma destruição grande, uma degradação da natureza e os seres vivos não têm os espaços adequados para viverem. Por isso, por causa do capitalismo, a mudança climática está sem controle e poucas pessoas se preocupam com a natureza.

Mesmo que as leis federais existam para nos proteger, alguns grupos não respeitam a constituição e outros pensam na individualidade, na melhoria de vida a qualquer preço e no lucro. São uns exemplos: os ruralistas, pecuaristas, madeireiros, empresários etc., que são destruidores da terra e da natureza e não pensam nas comunidades brasileiras. Cada vez mais eles estão poderosos, são a classe alta do Brasil, e está difícil parar eles. Eles mandam no Brasil. As leis são conhecidas por eles, mas não são respeitadas. Na prática, a lei nunca está em vigor conforme constituído.

Os colonizadores chegaram ao Brasil em 1500 com a visão só de explorar. Ainda hoje o povo brasileiro não sabe lidar com a natureza, só quer explorar também. O resultado dessa degradação é que mudou o clima. Agora temos menos chuvas, os ventos na região aumentaram e alguns estados estão até com dificuldade de abastecimento de água.

Os governantes do país não se preocupam com a natureza, apenas pensam em desenvolvimento econômico e comércio e continuam destruindo a natureza sem planejamento. A natureza é um patrimônio do país, é de todos nós. Por isso, o povo Mehinaku pensou formas de ensinar os não índios sobre a importância da natureza porque todos os seres dependem do planeta. Se não soubermos preservar a biodiversidade, ficará muito difícil o futuro do país e do mundo.

Assim como nós, também os pesquisadores e cientistas devem ensinar e conscientizar a população. Precisamos de uma educação plena para a sociedade, para entender a vida de todos os seres e da Terra como um só. Estamos apenas vivendo no planeta por um tempo, ele não foi criado por nós ou só para nós, devemos saber utilizá-lo. Sem natureza não tem vida agradável, não tem saúde, alimento, educação e nem segurança.

É fundamental divulgar os conhecimentos dos indígenas através de registros e livros para publicar as preocupações e as lições dos índios em prol da preservação da natureza, para amenizar a mudança climática. Através disso, esses registros serão uma fonte de pesquisa, de conhecimentos da natureza. Assim também deve ser feito na mídia, para mostrar os mecanismos de proteção e uso sustentável da natureza.

É necessário fortalecer e fazer cumprir as leis federais para que os ruralistas nos respeitem. Eles devem começar a compreender que o que estão fazendo está prejudicando o futuro do país e do planeta. O mundo precisa de respeito e humanidade.



Vista aérea de uma aldeia Mehinaku no Parque Indígena do Xingu.
Foto: reprodução internet.

COMO SENTIMOS E LIDAMOS COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O povo Mehinaku se sente muito incomodado com a mudança climática por conta de suas várias consequências para a nossa vida. Todos os territórios indígenas se tornaram ilhas, cercados de agronegócio, onde os indígenas habitam com esforço. A nossa comunidade sempre se reuniu para cuidar e proteger o que temos dentro da nossa terra, senão tudo pode acabar. Não desmatamos floresta e a queimada para a roça é controlada e bem fiscalizada para não queimar as plantas medicinais e as matérias-primas que precisamos para viver. Temos que usar bem os recursos naturais disponíveis, senão vai aumentar ainda mais a mudança climática. A população no mundo está crescendo e podemos todos juntos pensar e agir para garantir o futuro da Terra.

Conforme a visão da nossa comunidade, a mudança climática começou desde que os colonizadores vieram dos outros países e começaram a cercar os indígenas e destruir a natureza. Atualmente a vida está difícil, aumentou muito a temperatura, vemos muitas chuvas com ventos fortes e algumas pessoas têm morrido em tragédias climáticas que não existiam no passado.

Enquanto algumas regiões estão sem água, os indígenas continuam preservando a natureza e cuidando das nascentes dos rios. O grande problema é que, apesar disso, não somos reconhecidos como sábios e como importantes para a preservação da vida. Seria importante nos ouvirem para conscientizarmos o povo brasileiro sobre a mudança climática. Estamos nesta terra desde a sua origem, temos muitos conhecimentos do passado, dos ancestrais, que podemos ensinar para os não índios. No entanto, nosso ponto de vista nunca é considerado pelo governo e não está sendo divulgado, o que seria fundamental para a população brasileira e para o mundo.

COMO OS MEHINAKU GOSTARIAM DE PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES

Para nós, é preciso garantir que os direitos e conhecimentos dos indígenas sejam considerados nas três esferas do governo: municipal, estadual e federal, para que os indígenas tenham o direito de participar nos seminários e reuniões sobre a mudança climática e falar das questões da realidade de convivências nas aldeias.

Os indígenas têm mais conhecimentos sobre a natureza do que os letrados que estudam na teoria. Temos conhecimento prático. Assim, os indígenas podem se organizar para ensinar para o mundo sobre o valor da natureza.

Nós, indígenas, também faríamos conversas com os ruralistas e pecuaristas para conscientizar eles sobre a importância da natureza.

Segundo a nossa proposta, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e todo o governo deveriam investir mais recursos na publicação dos livros sobre como cuidar do planeta, e na educação plena do povo, para proteger a natureza e a humanidade.

Nós, indígenas, sempre somos chamados pelos preconceituosos de incapazes e sem conhecimento, mas isso ocorre porque não temos espaço e direitos reconhecidos como eles. Nós, indígenas, deveríamos fazer parte do quadro docente das universidades, para que nosso olhar diferenciado sobre as mudanças climáticas possa contribuir com os pesquisadores e estudiosos do tema.

Não devemos pensar só no presente, é melhor cuidar do futuro. Precisamos refletir que tínhamos muitas riquezas no planeta que já perdemos. Os indígenas precisam participar nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, com voz e sendo respeitados, para discutir a mudança climática junto com os governantes. Nós, indígenas, podemos contribuir com e enriquecer os conhecimentos dos não índios para planejarmos o futuro do país e do planeta. Afinal, ninguém conhece tanto a natureza quanto os povos originários.

MAYAWARI MEHINAKO

Povo Mehinalku, Alto Xingu, Terra Indígena do Xingu (TIX), localizado na região nordeste do estado de Mato Grosso, município de Gaúcha do Norte, na porção sul da Amazônia brasileira. É professor graduado em línguas, artes e literaturas e integrante do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEI) e membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (SECAD e MEC). É artista internacionalmente reconhecido pelos seus bancos de madeira mehinaku e indígenas.



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Adriano Gambarini/OPAN

MUDANÇA CLIMÁTICA PARA O PÓVO KAWAIWETE

PIKURUK CAVALCANTE KAYABI

PARA O CONHECIMENTO do povo Kawaiwete, o criador do mundo e dos seres vivos e não vivos é *Tuiararé*, que criou tudo que existe hoje. Junto com seus membros criou *kupeirup*, que originou a alimentação da roça do povo Kawaiwete. Os conhecedores de espíritos, que são os pajés do povo Kawaiwete, explicam que tudo que está acontecendo hoje em dia com a mudança climática é por conta de desmatamento de cabeceira de rios, córregos e olhos d'água, e que tudo isso está causando a morte da Terra.

Vendo tudo o que homens da Terra estão causando para a natureza, o próprio *Tuiararé* reuniu os seus aliados para aumentar o calor, para ver como os homens da Terra iam se comportar com essa temperatura muito quente, e que está ficando cada vez mais quente. Por isso, nós, Kawaiwete, respeitamos a natureza e usamos a terra do jeito que o próprio *Tuiararé* ensinou, para podermos fazer as nossas roças e ter produtos de boa qualidade para a nossa alimentação. Essa terra boa para os Kawaiwete é a capoeira de terra preta que, hoje em dia, se encontra pouco onde estamos habitando, por conta de aumento de população de indígenas no Parque Indígena do Xingu (PIX).

Os cientistas, para os Kawaiwete, são nossos próprios pajés, pois eles têm conhecimento de como é o mundo e respeitam muito os fenômenos da natureza. Eles são orientados pelos espíritos e respeitam conforme as orientações, para que *Tuiararé* não se revolte contra nós, seres vivos, que existem na Terra. Assim vive o Kawaiwete.

Com esse grande desmatamento feito pelo homem não indígena, com grande plantação de lavoura, instalação de usinas hidrelétricas em todos os rios, ferrovias, estradas etc., o dono da Terra, criador do mundo, se revolta contra a humanidade. O clima está mudando no mundo inteiro. Se o homem não minimizar isso, a tendência é ficar cada vez mais quente.

O povo Kawaiwete é um povo nômade. Vivem mudando de aldeia em aldeia para que o mato que eles usaram anteriormente possa se recuperar e, quatro anos depois, possa servir de novo para fazer a roça. A roça é sempre adubada com adubo natural, feito de restos de folhas, insetos e outros nutrientes que a própria terra dá. Todo esse conhecimento vem dos nossos cientistas. Respeitamos e acreditamos que temos que cuidar da natureza. Só assim o dono, o criador, verá que estamos usando bem e zelando o que ele nos deu, conforme a sua orientação.

Segundo depoimento dos anciãos Kawaiwete, originalmente o povo vem do rio Teles Pires, no Pará, de onde vieram para o Xingu. Na época em que os

Kawaiwete vieram, não existia nenhum município no estado de Mato Grosso em torno do Parque Indígena do Xingu. Eles dizem que a natureza naquela época era toda original, que o ar que respiravam era muito puro e que a terra tinha muito nutriente, então produziam produtos das roças de muita qualidade.

Agora, a plantação das nossas roças está ficando fraca com aproximação de grandes fazendas de monocultura de soja. Está mudando o clima no mundo todo, não somente no estado de Mato Grosso. Isso é consequência do desmatamento e da aplicação de veneno agrotóxico que está enfraquecendo a Terra. Acreditamos que esses venenos são levados pelos ventos e pelas chuvas e contaminam os índios do PIX. Estamos cercados de grandes fazendas de soja.

Quero aqui deixar registrado o conhecimento do meu povo. E dizer também que todos os seres humanos devem respeitar a natureza em tudo, ela é vida. Falando especificamente da água, que já é problema em vários lugares do mundo, se não cuidarmos e respeitarmos a Terra, o próprio o dono da natureza e criador dos seres humanos pode se revoltar, e até mesmo quem não faz nada de ruim contra a natureza vai pagar por isso. Por isso devemos colaborar com a natureza e respeitar as matas e as margens dos rios e nascentes que existem porque é dela que tiramos os nossos alimentos e do que precisamos para viver.

PIKURUK CAVALCANTE KAYABI

Povo Kayabi-Kaiwaiwete. Licenciado em Ciências da Natureza pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Pesquisador indígena, desenvolve projetos de documentação, revitalização e manutenção da língua Kaiwaiwete. Diretor da Escola Indígena Central Diaurum, do povo Kawaiwete, na região do Baixo Xingu, no Parque Indígena do Xingu (PIX), localizado na região nordeste do estado de Mato Grosso, na porção sul da Amazônia brasileira.



Foto: Prodoclin / Museu do Índio



Foto: Adriano Gambarini/OPAN

OS WAURÁ DO XINGU E AS MUDANÇAS NO CLIMA

PIRATÁ WAURÁ

O POVO WAURÁ é falante de uma língua pertencente ao tronco linguístico *Aruáke* e vive na Terra Indígena do Xingu, estado de Mato Grosso. Essa sociedade se divide em três aldeias: *Piyulaga* e *Piyulewene*, localizadas no município de Gaúcha do Norte, região do Alto Xingu, onde vivem cerca de 400 indivíduos. A terceira aldeia também se chama *Piyulewene* e está situada no município de Feliz Natal, região do Médio Xingu. Nosso povo vem, ao longo dos anos, preservando vários tipos de tradições e rituais na nossa cultura.

As mudanças climáticas vêm há tempos modificando a vivência na cultura do povo Waurá. Entendemos que esses fatos são alterações que ocorrem no clima geral do planeta Terra, e sabemos que são provocados principalmente por ações dos seres humanos. Percebemos o aumento significativo da poluição do ar e da temperatura, e nosso maior desafio é nos adaptarmos, principalmente da década passada até a atual.

Nesse sentido, a mudança climática está causando muitos problemas para a sociedade Waurá, e está afetando, principalmente, o calendário tradicional que o povo segue conforme as suas tradições e costumes. Os nossos cultivos, por exemplo, são uma grande preocupação. O clima mudou, o calor aumentou, a chuva diminuiu, deixando confuso o período de plantação.



Aldeia Piyulaga, Xingu. Foto: Piratá Waurá. 2014

Em todos os tempos passados, o rio sempre fez a sua correnteza normalmente, não havia destruição das florestas ao redor do território, o fogo não escapava do nosso controle durante a queimada na nossa roçada. Atualmente, podemos ver que, cada vez mais, estão acabando as florestas exuberantes que existiam ao redor da área da Terra Indígena do Xingu. Fazendas de soja e gado estão ocupando o entorno, apertando o território xinguano, nos cercando. Também sentimos que o rio está secando bastante e aumentando a temperatura da água. Além disso, o calor deixa a serrapilheira* muito ressecada, transformando-a em um poderoso combustível para o fogo e queimando as nascentes dos rios.

“Queremos saber o que está acontecendo. Antes sabíamos controlar o fogo quando queimávamos para preparar a nossa roça. Agora ele escapa e não para. Não era assim naquele tempo aqui na região. Também sabíamos quando a chuva ia parar e quando ia voltar, mas agora não sabemos mais”, disse o cacique Awaulukuma Waurá.

A humanidade, principalmente os não indígenas, não pensa na saúde do planeta. Para nós, é simples: precisamos diminuir a queimada das florestas, respeitar os territórios indígenas, que são os que mais cuidam e se preocupam com a floresta como um bem cultural, parar de queimar combustíveis fósseis, parar com funcionamento de fábricas poluidoras, reciclar e controlar o lixo, dentre tantas outras soluções. Podemos entender que falar é fácil, o problema verdadeiro é como fazer isso. Pois tudo seria mais fácil se as pessoas se conscientizassem de verdade. O problema é que as pessoas que têm o poder escolhem o dinheiro em vez do meio ambiente, e assim a situação fica cada vez mais difícil.

Nós, da cultura Waurá, que dependemos da natureza, temos muito conhecimento para dividir: como reflorestar tradicionalmente, como cuidar do meio ambiente da nossa região, formas de fazer a derrubada para a nossa plantação de sobrevivência e depois jeitos de ajudar a crescer de novo as árvores que foram derrubadas.

Entre fechar uma de suas fábricas que causa maior poluição para ajudar a natureza e mantê-la para conseguir mais poder, todos preferem continuar com suas indústrias poluentes. Isso precisa ser revisto. Todos nós temos de

* Serrapilheira, manta morta ou serapilheira é a camada formada pela deposição e acúmulo de matéria orgânica morta em diferentes estágios de decomposição que reveste superficialmente o solo ou o sedimento aquático.

nos empenhar e ajudar a reverter as mudanças climáticas, porque nós, os povos indígenas, sozinhos nunca conseguiremos.

A partir de tudo isso, sabemos que a união pode ser a verdadeira chave para a solução dos nossos problemas. Todos estão sofrendo com muito calor, não só os índios. E a água, principal fonte de vida para os seres vivos, está diminuindo. Todos são afetados, não só nós. Mas temos muito o que contribuir para a solução desses problemas.

Precisamos de respeito e reconhecimento por parte dos governos aos povos indígenas. Atualmente, os deputados e senadores do Brasil, que foram eleitos por todos nós, mas não nos representam, estão tentando aprovar o a PEC 215** . Esse projeto nos prejudica e trará mais destruição das florestas e de nossos territórios. Precisamos ser ouvidos, respeitados. E precisamos de parceiros, gente que luta conosco, ONGs voltadas para a conservação das matas e defesa dos territórios, e também dos governos, todos juntos, só assim é que poderemos salvar o mundo futuramente.

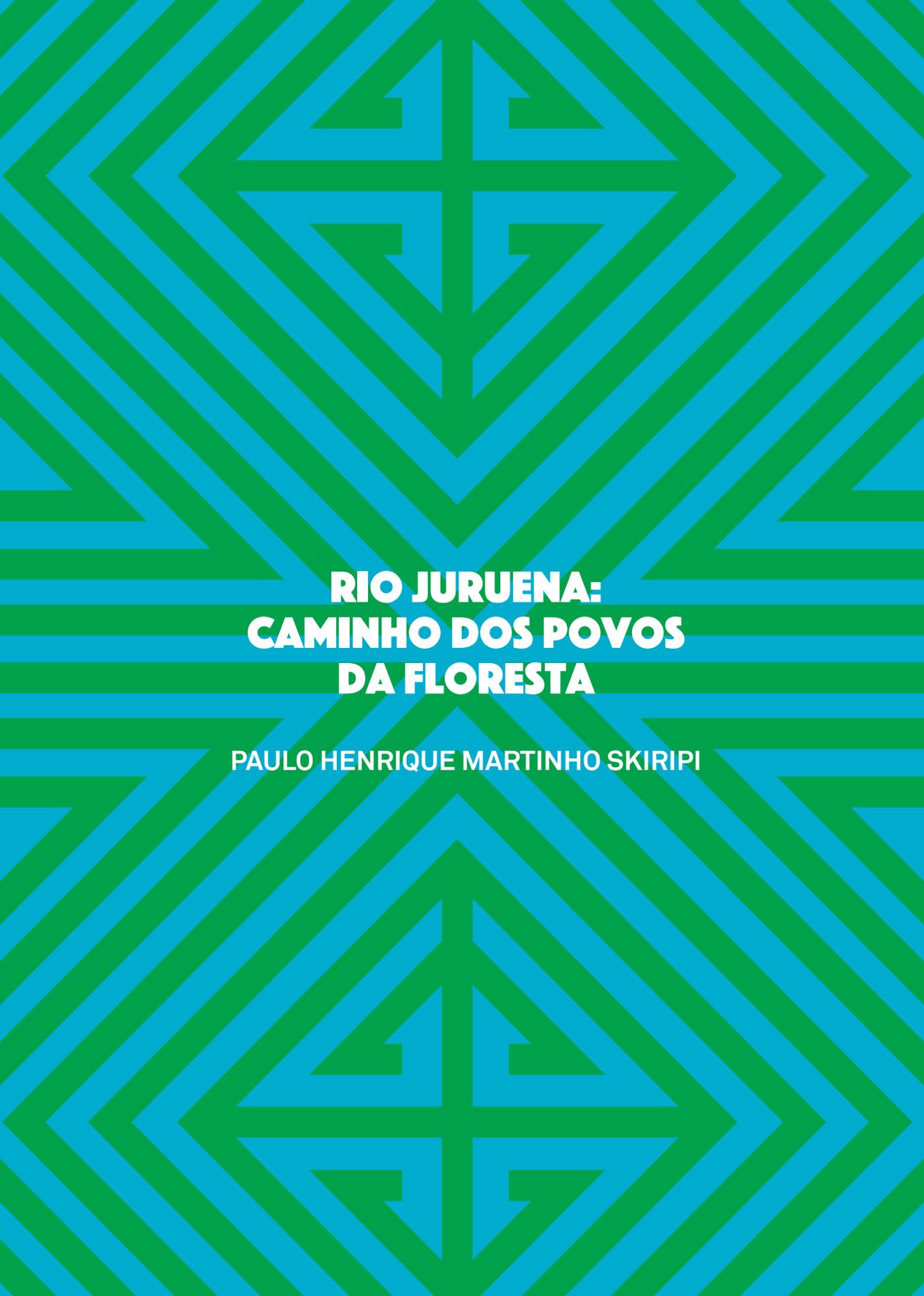
** Projeto de Emenda Constitucional (PEC 215/2000): Transfere a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Poder Legislativo, proíbe a ampliação de terras já delimitadas, permite revisão de processos de demarcação já concluídos e garante indenização a fazendeiros que ocupam áreas da União.



Foto: Arquivo pessoal

PIRATÁ WAURÁ

Povo Waurá. Filho de Kamo Waurá e Yakakumalu Waurá. Professor indígena desde 2007, quando iniciou o curso de formação de professores indígenas em magistério intercultural do projeto Haiyô. Graduado em Licenciatura Intercultural na área de Língua, Arte e Literatura pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), na cidade de Barra do Bugres, Mato Grosso. Mora na aldeia Piyulaga, localizada na Terra Indígena do Xingu, município de Gaúcha do Norte, região nordeste de Mato Grosso, Brasil. Leciona na Escola Estadual Indígena de Educação Básica Piyulaga, na sua comunidade.



RIO JURUENA: CAMINHO DOS POVOS DA FLORESTA

PAULO HENRIQUE MARTINHO SKIRIPI

O **BRASIL** que vai completar 519 anos no dia 22 de abril de 2019 desconhece sua imensa sócio diversidade pluriétnica indígena. Até o presente momento, não se sabe, ao certo, quantos grupos e nem quantas línguas nativas existem no país. Há poucas publicações e poucos museus indígenas, poucos vídeos que sejam trabalho indígena, ou seja, autores indígenas divulgando a própria história como protagonista. Apesar da chegada do mundo exterior, a cultura Rikbaktsa continua presente. A língua faz parte do meio de comunicação específico e social do nosso povo. A experiência histórica está presente em cada ser humano que constrói a sua forma de sobrevivência.

Um dos principais desafios encontrados para os povos indígenas é o não cumprimento da legislação vigente. Essa é desrespeitada pelo próprio poder público, que mostra a sua face de descaso, passando por cima dos direitos sociais e humanos. Entendo que, a cada dia que passa, estamos mais preparados para enfrentar esse mundo tão imprevisível e cheio de burocracias e desrespeito. Não vamos deixar de lutar e fazer valer os nossos direitos.

O rio Juruena serviu durante muito tempo de caminho para nós, povos da floresta, que sempre tivemos sossego vivendo em nossos territórios, conservando a nossa cultura tradicional livremente. Agora estamos ameaçados com grandes empreendimentos planejados pelo governo federal, como a construção das grandes Usinas hidrelétricas (UHEs) e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em nosso rio.

As alterações dos rios, já com nível de água muito baixo e com escassez de pescado, vem interferindo na nossa sustentabilidade econômica. Sem contar a grande expansão da monocultura próximo às nossas terras indígenas, que pulverizam grandes quantidades de agrotóxicos, mantando os alevinos no período da piracema. A pescaria é proibida, mas não a aplicação dos agrotóxicos nas lavouras, que com a enxurrada deságuam no rio afetando a reprodução dos peixes, que são a base de nossa alimentação. Esse processo tem significado a falta de pescado e de caça para as nossas festas culturais e até a produção de artesanato. Foi assim que chegou à extinção histórias que não serão reveladas com o desaparecimentos de povos do planeta Terra. Mas isso não acontecerá com nós, povo Rikbaktsa. Lutaremos até perdermos o último guerreiro, na certeza de enquanto existirem os povos indígenas existirá florestas e natureza conservada. É por isso que a nossa bandeira se chama resistência.

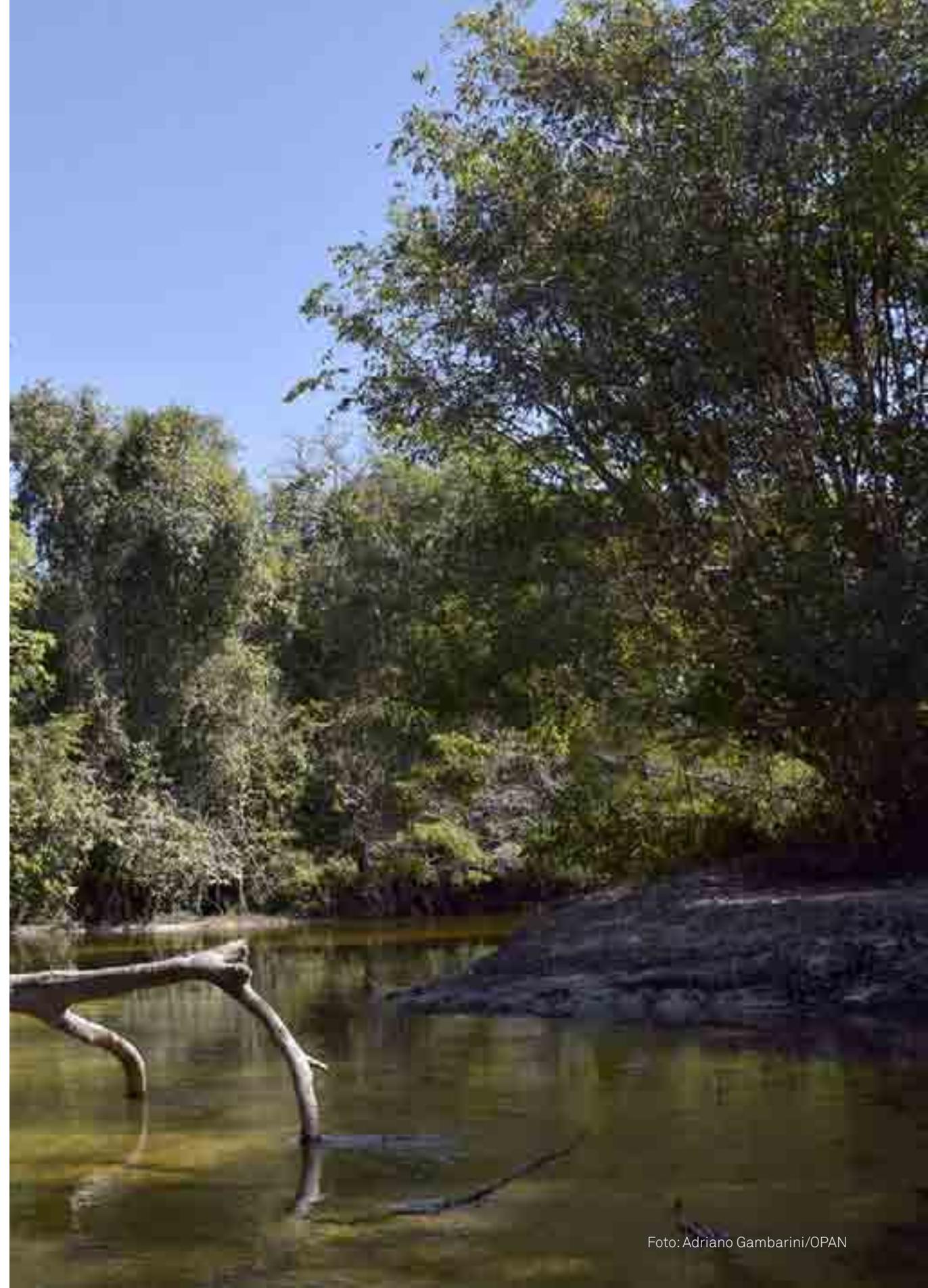
Diante desse contexto, a Conferência do Clima da ONU teria que discutir como fiscalizar os investimentos das obras que os países fazem no Brasil

em nome do progresso, que afetam diretamente as terras indígenas e destroem milhares de vidas dos biomas brasileiros. A ONU deveria investir no cumprimento da Lei 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), respeitando protocolos de consultas elaborados por cada povo indígena brasileiro e de acordo com os interesses destes povos para preservação e manutenção cultural e étnica.

Os povos indígenas devem participar efetivamente nas tomadas de decisões políticas no que diz respeito aos interesses coletivos que venham afetar as nossas terras e as nossas identidades culturais e étnicas. Que os povos indígenas sejam compensados permanentemente, financeiramente e efetivamente pelos danos causados no meio ambiente.

PAULO HENRIQUE MARTINHO SKIRIPI

Povo indígena Rikbaktsa, tem 50 anos e reside na Aldeia Palmeirinha, Terra Indígena Erikpatsa, município de Brasnorte, no estado de Mato Grosso. Possui graduação em Ciências Sociais e Pós-graduação em Educação Escolar Indígena pela Universidade de Mato Grosso (UNEMAT). É também professor na Aldeia Barranco Vermelho.



O POVO RIKBAK TSA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

JUAREZ PAIMY

A PALAVRA “RIKBAK TSA” significa gente guerreira. Nós, do povo Rikbaktsa tradicionalmente ocupamos o noroeste do estado de Mato Grosso, no baixo e médio Juruena, médio Arinos e rio do Sangue. Residimos nos municípios de Brasnorte, Juara e Cotriguaçu e migramos pelo rio Juruena desde os primeiros anos de contato com a frente de expansão colonizadora na região, dos 40 até os 60.

Antes do contato éramos aproximadamente 5000 mil pessoas, atualmente somos um pouco mais de 2500 pessoas. Houve uma redução significativa da população dos anos 50 a 63 devido ao conflito com os seringueiros e as epidemias de fortes doenças trazidas pelos mesmos.

Para o povo Rikbaktsa, a mudança climática significa um grande problema em nossas vidas e para a nossa sobrevivência, pois causa interferência nos calendários tradicionais, em nossas atividades de plantação de roças tradicionais, pescaria, caça e coleta de frutos nativos. Interfere também na vida dos animais aquáticos, florestais e nos materiais da natureza usados para nossos cerimoniais culturais.

Os Rikbaktsa acreditam que no decorrer dos tempos pode não haver mais vidas neste planeta, podem deixar de existir várias vidas ou diminuir o ciclo das existentes. Mediante as políticas públicas do agronegócio, usinas hidrelétricas, desmatamento da floresta, do uso excessivo de agrotóxico e das queimadas descontroladas, ou seja, de práticas de degradação, está ficando cada vez mais difícil controlar ou entender a questão climática. Os nossos pajés e anciões que são conhecedores dos fatos fenomenais acham que com essa maneira de pensar e usar o meio ambiente, a própria natureza trará consequências irreversíveis para toda população do planeta terra. E, principalmente, para a população indígena que conhece e depende dos fenômenos da natureza para a realização de suas atividades e seus rituais de costumes tradicionais.

O principal desafio para o nosso povo é a resistência e a permanência desde os primeiros anos de contato, até os tempos atuais. Embora, como diz a história, o Brasil irá fazer 519 anos desde o seu descobrimento, antes desse processo os Rikbaktsa já existiam. E, ao longo desses anos, o povo Rikbaktsa sempre permaneceu e resistiu às grandes tentações econômicas em várias situações que envolvem a degradação do meio ambiente, tais como madeireiras, mineradoras, usinas hidrelétricas, estradas e outras.

O povo percebe e sente que o rio Juruena está ficando, cada vez mais, diferente dos tempos anteriores, com a degradação de suas nascentes, com

assoreamento do seu leito, contaminação de sua água, com vidas aquáticas que já não existem mais e com o pescado que está muito escasso. A água não tem mais boa qualidade para o consumo, (beber, cozinhar, lavar roupa e tomar banho), pois está cada vez mais barrenta.

O nível das secas e enchentes varia muito de um ano para outro. Até o calendário de conhecimento tradicional para pesca e para plantio de roça, tem sofrido mudanças muito significantes. Os mais experientes e anciões dizem que o calor está excessivo, a terra está ficando muito quente e pode queimar ou assar todas as sementes e as mudas de várias espécies que plantamos nas nossas roças tradicionais.

A Conferência Mundial do Clima, deveria discutir a redução do desmatamento, reflorestamento das nascentes e beira de rios, queimadas abusivas sem controle, usinas hidrelétricas, o agronegócio e o uso excessivo de agrotóxicos no agronegócio.

A população indígena deveria fazer parte da tomadas de decisões, participando das discussões em todas as instâncias públicas, sejam elas municipais, estaduais e federais (país). Para isso, precisamos ter representações indígenas na Câmara Legislativa dos municípios, na Assembleia Legislativa dos estados, no Congresso Nacional e no Senado Federal do país. Mas enquanto não temos isso, todas as discussões que envolvem e atingem uma população indígena deveria ser tratada em assembleias com toda a população indígena, principalmente com as lideranças, caciques, professores e pajés. Deveria ser explicado para os Rikbaktsa os interesses de um projeto que decide sobre a vida deles.

JUAREZ PAIMY

Etnia Rikbaktsa, vive na aldeia da Curva, na Terra Indígena Erikpatsa, município de Brasnorte, estado de Mato Grosso. Tem 50 anos e é professor indígena. Possui magistério intercultural pelo projeto Hayô, realizado pela Seduc/MEC. Atualmente está cursando licenciatura em pedagogia na Faculdade de Educação à Distância FAEL, em Juína.



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Adriano Gambarini/OPAN





Realização



Patrocínio



PETROBRAS

GOVERNO
FEDERAL

